



Diário da Assembleia

ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

ANO LXXVI

GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2015

NUM.: 12.103

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2015

PRESIDENTE: Helio de Sousa.

1º SECRETÁRIO: Henrique Arantes.

2º SECRETÁRIO: Marquinho Palmerston.

COMPARECERAM OS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: Adib Elias, Álvaro Guimarães, Bruno Peixoto, Carlos Antonio, Charles Bento, Cláudio Meirelles, Delegada Adriana Accorsi, Diego Sorgatto, Eliane Pinheiro, Ernesto Roller, Francisco Júnior, Francisco Oliveira, Gustavo Sebba, Helio de Sousa, Henrique Arantes, Humberto Aidar, Isaura Lemos, Iso Moreira, Júlio da Retífica, José Nelto, José Vitti, Lincoln Tejota, Lissauer Vieira, Lucas Calil, Luis Cesar Bueno, Major Araújo, Manoel de Oliveira, Marlúcio Pereira, Marquinho Palmerston, Nédio Leite, Santana Gomes, Sérgio Bravo, Simeyzon Silveira, Talles Barreto, Virmondes Cruvinel e Zé Antônio.

O SR. PRESIDENTE:- Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Marquinho Palmerston para proceder à leitura de um trecho da Bíblia Sagrada.

(O SENHOR MARQUINHO PALMERSTON PROCEDE À LEITURA DE UM TRECHO DA BÍBLIA SAGRADA)

Com a palavra o Senhor Segundo-Secretário para proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

(O SENHOR 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR)

O SR. PRESIDENTE:- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Encerrada. Os Senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. APROVADA.

Com a palavra o Senhor Primeiro-Secretário para proceder à leitura da matéria constante do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Ofício da SANEAGO ao

ex-Deputado Mauro Rubem, Ofício Resposta nº 991.

O SR. PRESIDENTE:- Dê ciência ao ex-Deputado Mauro Rubem e à Bancada do PT e archive-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO :- Ofício da Secretaria da Fazenda em resposta ao Ofício 850, do Deputado Marlúcio Pereira.

O SR. PRESIDENTE:- Dê ciência ao ilustre Deputado Marlúcio Pereira e archive-se.

O SR. PRESIDENTE:- Esgotada a matéria constante do Expediente, o momento é oportuno para Apresentação de Matérias.

Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Lincoln Tejota.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa dois requerimentos devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 411 E 412)

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Talles Barreto.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Senhor Presidente, com a ausência do nosso líder, solicito a convocação da Comissão Mista, após a Ordem do Dia. Um pedido feito pelo nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE:- Conforme solicitação do nobre Deputado Talles Barreto, em nome da Liderança do Governo, de que após a Ordem do Dia haja o encerramento da Sessão e convocação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão Mista; e, logo após, Sessões Extraordinárias. Os Senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. APROVADO.

Tem a palavra, pela ordem de inscrição, a nobre Deputada Delegada Adriana Accorsi.

A SRA. DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um requerimento devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O REQUERIMENTO Nº 413)

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Júlio da Retifica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DA RETÍFICA:- :- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa dois requerimentos de minha autoria e um do nobre Deputado Dr. Antonio devidamente formalizado.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 414, 415 E 416)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, pela ordem, a nobre Deputada Isaura Lemos.

A SRA. DEPUTADA ISAURA LEMOS:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa diversos requerimentos e um projeto de lei de minha própria autoria devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 417 A 424 E O PROJETO DE LEI Nº 45)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um projeto de lei devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O PROJETO DE LEI Nº 44)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Virmondes Cruvinel.

O SR. DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um requerimento devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O REQUERIMENTO Nº 425)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Marcos Parmerston.

O SR. DEPUTADO MARQUINHO PALMERSTON:- Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa alguns requerimentos devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 426, 427 E 428)

O SR. PRESIDENTE:- Senhores Deputados,

encerrada a Apresentação de Matérias. O momento é oportuno para o Pequeno Expediente. Nós temos oradores escritos.

O SR. PRESIDENTE:- Asseguro a palavra, para o Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Marcos Palmerston.

O SR. DEPUTADO MARQUINHO PALMERSTON:- Boa tarde, senhoras, senhores; boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus mais uma vez por estar usando esta tribuna. Cumprimentar aqui todos os Parlamentares, Secretários, aqui na presença do Secretário de Estado, Henrique Tibúrcio, que está aqui presente, obrigado pela presença. Cumprimentar os estagiários, assessores parlamentares, pessoal das galerias, sejam bem-vindos. E cumprimentar os nobres amigos Deputados, jovens Deputados, veteranos Deputados. Em nome do nosso Presidente Dr. Helio de Sousa, o qual eu cumprimento a Mesa Diretora desta Casa.

Meus amigos, hoje pedi para usar a tribuna até por um motivo que acredito, não vou falar todos, mas quase todos nós já passamos por isso. Quem nunca teve algum problema com telefonia móvel, com seu celular, falta de sinal, falta de Internet; uma conta mal cobrada; uma ligação para cancelamento onde você demora uma hora para falar com um atendente.

Uma coisa que nos angustia, que vem acontecendo já há muito tempo no nosso País. Eu ontem entrei com requerimento pedindo informações às operadoras de telefonia móvel para dar declarações sobre o que está acontecendo em Caldas Novas. Esse é um problema que não é só de Caldas Novas, tenho certeza de que muitos dos nobres Deputados já devem ter falado sobre isso na tribuna, já deve ter usado isso, desse descaso que está acontecendo com os clientes que usam telefones celulares.

Caldas Novas vem passando por um momento muito difícil, Deputado Manoel de Oliveira. Quem tem ido a Caldas Novas nos feriados, principalmente na alta temporada, exemplo do Caldas Country, Réveillon, Carnaval, a própria temporada de Janeiro. Nós temos passado por problemas muito complicados em relação a fazer ligações no Município de Águas Quentes, não só Caldas Novas, como também a cidade de Rio Quente, que vem sofrendo com esse problema.

Hoje, no Brasil, nós sabemos que são mais de trezentos milhões de chips habilitados e as

operadoras de telefones são as primeiras que têm problemas com o PROCON. Então, eu entrei ontem com o requerimento pedindo informações, principalmente ao PROCON de Caldas Novas, que notifique as operadoras de telefonia, todas elas, através da Anatel, para que dê soluções para que não aconteça mais esse problema na cidade de Caldas Novas. Enfim, em várias outras cidades; em Caldas Novas especificamente, porque o caso lá está muito complicado.

Para vocês terem ideia, o PROCON de Caldas Novas registrou, em 2014, mil e oitocentos procedimentos reclamatórios sobre falhas, com problemas de telefones celulares. Só esse ano de 2015, em apenas três meses tivemos quinhentas reclamações de telefonemas celulares no PROCON de Caldas Novas. Não podemos aceitar mais isso. Isso é uma questão de risco de vida, rico de morte. Caldas Novas, para vocês terem uma ideia, se acontecer algum acidente a pessoa não consegue uma ligação para falar com Bombeiro, com a Polícia Militar.

Então, meu Deputado Santana, vou precisar muito do senhor para me ajudar nesse problema do consumidor com as operadoras de telefones, que Caldas Novas vem sofrendo muito. Lá se tiver um acidente e a pessoa ligar na polícia, o telefone não funciona em feriado, e lá vem acontecendo não só em feriado, vem acontecendo também em fins de semana que a cidade está cheia.

Então, peço ajuda dos nobres amigos Parlamentares para a gente vestir essa bandeira e não aceitarmos mais o que as operadoras de telefones fazem com os clientes.

De acordo com o Art. 22 do Código do Consumidor, eles são obrigados a prestar serviço de qualidade e não vêm fazendo isso. E não é só em Caldas Novas, acredito que seja em vários lugares.

E quero prestar uma homenagem aqui, também, à nossa Primeira Dama, Valéria Perillo, pelos programas junto com a nossa Secretária Lêda Borges, que lançou essa semana a unidade móvel Mais Mulher, que vai fazer 3.000 exames no Estado de Goiás.

Com a ajuda do Governador e da Secretaria da Saúde vão ser disponibilizados quase R\$ 400.000,00 mensais do Tesouro do Estado para que esses exames sejam feitos.

Então, quero dar os parabéns a nossa Primeira Dama Valéria Perillo, e não só por esse

programa, mas também pela Patrulha Maria da Penha, que é um programa inovador que o Governador Marconi Perillo está fazendo e que tenho certeza de que logo será copiado por outro Estado deste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Lincoln Tejota, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA:- Senhor Presidente; Senhoras Deputados; Senhores Deputados, boa-tarde.

É com muita satisfação que venho a esta tribuna aqui, neste momento do Pequeno Expediente, para relatar a respeito de uma visita que fiz hoje à secretaria da saúde, na qual gente teve a oportunidade de discutir, junto com o atual presidente... E eu tive a satisfação de ter sido o presidente no biênio passado, e nesse biênio, como é do conhecimento da maioria dos Deputados que estiveram aqui na Casa, nós fizemos uma agenda bastante positiva. Fizemos bastantes visitas. Visitamos todos os hospitais estaduais, cobrando melhorias, buscando reconhecer no momento das visitas, quais eram os gargalos que aqueles hospitais apresentavam. O que precisava ser feito para melhorar. O que precisava ser feito para a nossa saúde estadual funcionar.

Muitos Deputados estiveram presentes, como a nobre Deputada Isaura Lemos esteve comigo no HGG, e diversos Deputados puderam acompanhar. Nós conseguimos hoje, nobre Deputado Mané de Oliveira, nobre Deputado Lucas Callil, apresentar para a sociedade um resultado positivo! Um resultado de um trabalho que a Assembleia Legislativa, que os Deputados que aqui estavam no momento contribuíram para que a nossa saúde estadual se tornasse uma referência! Nós podemos, sim, e devemos, sim, atribuir também com muita maestria e capacidade ao Governador Marconi Perillo, porque ele precisou de coragem em um momento de muitas críticas e que muitos não acreditavam. Precisou de coragem para fazer as principais mudanças, mas nós não podemos também deixar de trazer para os Deputados Estaduais a responsabilidade que coube a nós no momento da votação, da discussão, nobre Deputado Talles Barreto, de ficar aqui até de madrugada. Os resultados em que a saúde estadual apresenta hoje! E nós podemos ver que são resultados positivos!

Tem muito espaço para melhoras! Ainda

existem gargalos, reclamação e desafios. Não está pronto, não está completo, mas nós precisamos continuar avançando. E para isso, hoje, nobres Deputados Gustavo Sebba, Diego Sorgatto, Presidente desta Casa, nobre Deputado Helio de Sousa, visitamos o atual Secretário de Saúde, o ex Deputado Federal Leonardo Vilella, e apresentamos para ele demandas da nossa Comissão de Saúde.

Então, estabelecemos um canal direto para buscar, claro que também resolvermos as demandas que muitos Deputados têm aqui. Muitos que representam, como o nobre Deputado Talles Barreto, que tem um trabalho muito semelhante ao meu, um trabalho municipalista voltado para as cidades que precisam, tivemos a oportunidade de levar até lá as demandas, nobre Deputado Talles Barreto. Recebemos lá uma sinalização positiva de tudo aquilo que os Deputados Estaduais tiveram. Levando lá será atendido e será aquilo, claro, que seja legalmente permitido, da alçada e da capacidade da Secretaria de Saúde, nós vamos receber um feedback positivo, e isso para nós é muito importante.

O nobre Deputado Gustavo Sebba, que é o Presidente da Comissão de Saúde, vai falar daqui a pouco de um cronograma que existe dentro do Estado de Goiás, de inaugurações, e vai convidar todos os Deputados.

E nós aqui, nobre Deputado Adib Elias, temos um papel, porque somos cobrados pela população. A partir do momento que a saúde vai mal, nós somos cobrados; a partir do momento que a segurança está ruim, nós somos cobrados. Então, é muito importante para nós desenvolvermos essa agenda para que possamos ir até lá não só bater palmas, mas precisamos exercer o nosso papel fiscalizador, porque é para isso que fomos eleitos também.

Nós no caso da base dar sustentação aos projetos do Governo e que vão ao interesse que a sociedade quer, e claro, exercer o nosso papel de fiscalizador, como eu disse há um tempo atrás, nós não abrimos mão, Deputado Henrique Arantes, não abrimos mão das prerrogativas de fiscalizar, mas sim, claro, continuo sendo parceiro deste governo. Eu, como membro da Comissão de Saúde, quero continuar realizando, quero convidar todos os Deputados.

O Deputado Helio de Sousa, nosso Presidente, tem feito um trabalho muito bonito, muito importante, resgatando perante a sociedade a credibilidade desta Casa. Isso passa pelas

comissões, passa também por cada um dos Deputados.

Quero aqui convidar a todos, no momento em que estabelecemos um agente para que possamos ir juntos, os Deputados de oposição, Deputados da base aliada, cobrar, ver o que melhorou, ver o que falta melhorar, para que quando formos cobrados, quando visitarmos as cidades, quando lá em Catalão o Deputado Adib Elias for cobrado pela saúde, ele ter uma resposta para dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Gustavo Sebba, pelo prazo de cinco minutos, sem apertes.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO SEBBA:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

É um prazer estar aqui conversando com vocês hoje. O Deputado Lincoln Tejeta começou um assunto o qual vim discutir, hoje, também. Tivemos hoje, Deputado Talles Barreto, uma primeira reunião da Comissão da Saúde desta Casa, junto ao Secretário Doutor Leonardo, que nos recebeu muito bem, e gostaria de agradecer. Os Deputados que estiveram lá com a gente, os nobres Deputados Diego Sorgatto, Álvaro, Dr. Helio, foram nos prestigiar representando o Poder Legislativo.

Deputado Lincoln Tejeta, o referencio pelo brilhante trabalho feito frente à Presidência dessa Comissão, que outrora o senhor assumiu, fazendo visitas, agenda técnica, colocando a Comissão para funcionar. Então, parabênizo o Deputado Lincoln pelo brilhante trabalho.

E levamos para o Doutor Leonardo algumas demandas, Deputado Chiquinho de Oliveira. Começamos uma agenda de visitas programadas, onde eu gostaria, inclusive, de fazer um convite a todos os Deputados da base, e gostaria de convidar todos os Deputados de oposição, na pessoa do Deputado José Nelto, Líder do PMDB, para que a gente faça uma primeira visita ao Hugo II, que vai ser inaugurado muito em breve. E gostaria de convidar todos os Deputados, inclusive da oposição, para que façamos uma visita, antes da inauguração, para que todos os Deputados tenham uma noção do que é o Hugo II, do que é aquele hospital que o nosso Governador Marconi está construindo, está implementando em Goiás.

Acho importante irem os Deputados da

situação e da oposição para que possamos debater depois, aqui, ações da saúde pública, como já estamos fazendo, e para que saibamos falar com propriedade.

Provavelmente, Deputado Major Araújo, de cinco a dez dias antes da inauguração do HUGO, eu farei um convite formal a todos os Senhores Deputados desta Casa. Gostaria que toda a oposição se fizesse presente nessa visita ao HUGO para saber como será o funcionamento do mesmo, quais os funcionários trabalharão, para que possam fiscalizar, exercer os seus papéis de oposição, naquele hospital.

Visitaremos os demais, tanto os da rede pública estadual, quanto os da rede pública municipal. Visitaremos os CAIS de Goiânia e do Interior do Estado, pois achamos importante ver de perto tudo o que está acontecendo nesses lugares.

A Comissão tem a obrigação de visitar, diagnosticar o que está errado, reverenciar o que está certo e propor, principalmente, correção do que acreditamos estar errado para melhorar a qualidade da saúde de nosso Estado.

Conseguimos garantir alguns repasses aos municípios, pois sabemos que isso é fundamental para o bom andamento da entidade. Esses repasses serão feitos para as entidades filantrópicas, para a Santa Casa. Alguns desses repasses estavam com alguns entraves, conversamos com o Dr. Leonardo e ele já os liberou, inclusive, para a cidade do nosso Presidente, Dr. Helio. E ele testemunhou isso.

Ao conversarmos com o Dr. Leonardo, junto com o Diego Sorgatto, Álvaro, o Lincoln e demais Deputados que lá estavam, conseguimos uma campanha de vacinação para esta Casa. Ele disponibilizará para nós várias vacinas que são disponíveis somente em postos de saúde. Aqui é um órgão público que recebe pessoas do Estado e de fora dele, e essa é ação de utilidade pública. Muito em breve estará começando essa campanha gratuita nesta Casa, valorizando o Poder Legislativo, os Deputados, os companheiros do Interior que volta e meia estão aqui nos visitando. Essas vacinas estarão à disposição deles e dos municípios que aqui se fizerem presentes.

Gostaria ainda de relatar que o nobre Deputado Lincoln Tejota, em sua gestão, criou um canal de denúncia para a Comissão. Esse canal será ampliado através de um telefone, do 0800, e através das redes sociais. O papel da Comissão é

o de investigar, e é isso que a Comissão fará, independente de sigla partidária, se é estadual, municipal, de onde quer que seja. E, dentro da Comissão, vamos nós, que somos da base e também os Deputados que são da oposição, por que fazem parte; temos lá, Deputado Júlio da Retífica, o Deputado Paulo César Martins, a Deputada Adriana Accorsi, que são da oposição, mas que também farão o papel de fiscalizar.

Era isso que tinha a comunicar. Convido a todos, já que na próxima reunião da Comissão estaremos trazendo as novidades, as notícias e as conquistas dessa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Adib Elias, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS: - Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Deputados.

Quero confessar que fiquei meio atordoado quando vi o cidadão Pedro Barusco, na CPI da Petrobrás, dizer o seguinte: "Quando vi que eu tinha muito dinheiro, dinheiro no banco, riquezas, comecei a ficar preocupado, comecei a ficar amedrontado. Entendo hoje que, ao fazer a delação premiada, estou me sentindo aliviado". Essas foram as palavras do cidadão chamado Pedro Barusco.

Pergunto ao Deputado Júlio da Retífica, quando que é que o senhor ouviu falar no nome desse cidadão no meio político? Quando vimos falar no nome do seu Paulo Roberto da Costa? Ninguém nunca ouviu o nome desses cidadãos envolvidos no meio político.

Falo isso, inicialmente, para dizer que é por isso que nossa Casa tem que fazer uma movimentação, independente de oposição ou situação, de Governo ou não, pela Reforma Política Brasileira.

Mas ainda, não adianta entrar Governos do PT, do PMDB ou do PSDB. Se tiver que fazer uma administração com coalizão ninguém dá conta de negociar com 36 partidos no Congresso Nacional. E aí é onde começa haver o fatiamento do Governo, o fatiamento da administração.

E quero aqui dizer que esses acordos não trazem definitivamente nenhum benefício para a administração pública em nenhum lugar, nem mesmo no nosso Estado de Goiás.

Mais ainda, a reforma política, Deputada Isaura Lemos, busca um consenso mínimo para que possamos ter regras na política. Não adianta, de forma nenhuma, correremos desse debate, os políticos correrem desse debate, e deixar que a população opine sobre as mudanças que devem na política brasileira.

Não é segredo para ninguém de que lá, no Governo Federal, tem o fatiamento da administração, aqui também tem. Ninguém vai falar para mim que quando se alugam dois, três mil carros da polícia, não tem alguém ou algum Deputado Federal que não participava ativamente desses alugueis.

Denúncia de alimentação para hospital; de qual combustível que se compra; sabe por que, Deputado Simeyzon Silveira? Porque tem que fazer coalizão para ganhar eleição. E para ganhar eleição tem que colocar todo mundo, de todos os partidos, e não é porque aqui ninguém é culpado de nada, mas nós temos que ter um controle partidário. Nós não podemos aceitar mais que o sujeito pegue o partido no Estado e vá negociar uma participação nas futuras administrações, porque tem dez segundos para vender para os candidatos a Governador.

Eu fui Presidente do PMDB, e aqui, em 2010, as pessoas com vinte segundos - não quero falar quem - me pediam, Deputado Júlio da Retífica, um milhão de reais, cinquenta viagens de avião e duas camionetes novas para apoiar o Governador Iris Rezende, naquela época. Independente de ser o Iris ou o Marconi, ou qualquer um. Nós temos que ter uma participação e uma preocupação efetiva em relação à reforma política.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, a nobre Deputada Isaura Lemos, pelo prazo de cinco minutos, sem apertes.

A SRA. DEPUTADA ISAURA LEMOS:- Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Gustavo Sebba pelo seu pronunciamento, pelo compromisso que já está adquirindo com a área da saúde, que é a área mais cobrada pela população, para que melhore a qualidade do serviço público. Então, Deputado, com certeza o senhor fará um brilhante mandato perseguindo esse tema e tratando para que cada vez melhore o atendimento. Estarei nas visitas aos

hospitais e tenho interesse de estar presente nessas questões quando se trata da qualidade do serviço público de saúde.

Quero, também, elogiar o pronunciamento do Deputado Adib Elias, foi um pronunciamento importantíssimo, porque existem muitos pontos que nos dividem, mas têm alguns pontos importantes que podem nos unir. E um desses pontos que pode nos unir é a reforma política. Enquanto não houver o financiamento público de campanha, Deputado Major Araújo, vai haver corrupção neste País. Porque a corrupção é exatamente quando você vai puxar o fio da meada, é o dinheiro que a empresa ajudou para a eleição do Deputado tal e tal. Infelizmente, enquanto houver esse absurdo de gastos durante a campanha eleitoral, e não é nossa culpa de fato, é a estrutura da campanha hoje. Fica todo mundo desesperado para arrumar recurso para fazer campanha, para não perder suas bases e tudo mais. Vai haver corrupção, precisa ter o financiamento público de campanha.

Senhores Deputados, existem outras questões que nos unem. Ontem, o meu companheiro Euler começou a falar. Aí eu falei: pelo amor de Deus pare de falar sobre isso, porque não vou conseguir dormir, já estou entrando em pânico.

O Senhor Obama, que antes estava preocupado com o Oriente Médio, agora mirou as armas para América Latina, dizendo que a Venezuela é um perigo para os Estados Unidos. Olha que coisa ridícula, um país como os Estados Unidos achar que a Venezuela é um perigo para os Estados Unidos. Aí vem o Brasil, aí vem Argentina. Todos esses grandes países da América do Sul podem ficar sob a tutela de um governo que quer ser o dono do mundo, que é os Estados Unidos, porque ainda acha que é possível isso.

E aí eu me preocupo, porque há três questões importantes que vão ser tratadas na manifestação amanhã, não é defesa da Dilma, é a defesa do mandato constitucional conquistado nas urnas pela Presidenta Dilma, é esta a questão. A defesa do mandato constitucional, então, é uma questão que nós vamos tratar amanhã, em um ato de apoio. Convido todos os Deputados para estarem lá, é a defesa do Estado de Direito. Segunda questão: contra corrupção na Petrobrás, não porque eu defenda direito constitucional, que concorde com a corrupção na Petrobrás. De forma alguma. Agora, nós não podemos ser ingênuos, a Petrobrás hoje ultrapassou a marca de setecentos mil barris/dia, nobre Deputado Bruno Peixoto. As multinacionais estão com ódio desse percentual

que vai para a saúde, para a educação, elas queriam abocanhar esse lucro da Petrobrás. E não conseguiu devido ao sistema de partilha que garante ao Brasil a defesa do nosso Petróleo, que é a maior riqueza mineral que ainda está nas mãos dos brasileiros.

Se nós somos brasileiros temos que defender a Petrobrás para os brasileiros. Isso em 1954, em 1964 foi motivo de grupos estrangeiros quererem tomar a Petrobrás. E em terceiro lugar: é que a polícia está apurando, a Polícia Federal está apurando e vai punir de fato. Um do quadro lá da Petrobrás... Como aquele Barusco tem o deslante de chegar a uma CPI e falar que em 2003 ficou com um tanto de propina, em 2005 outro tanto, com a maior cara de pau? Eles propuseram lá, porque um quadro capacitado consegue enganar até os funcionários...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE:- Para o Pequeno Expediente o nobre Deputado Simeyson Silveira.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Senhor Presidente; Deputados; Todos que estão conosco também pela "TV Assembléia"; Amigos e amigas que estão conosco em plenário.

Vou continuar aqui, Senhor Presidente, falando sobre o que estava falando ontem, já vi aqui também o nobre Deputado Adib Elias repercutindo também a questão da reforma, nobre Deputada Isaura Lemos. Situações que o nosso País precisa urgente tirar do papel e levar à prática. Ontem, já falava aqui, o nosso partido, o PSC, estará daqui a alguns dias fazendo movimento em Brasília. Eu gostaria muito de levar um documento que vou trazer na terça-feira, para nós Deputados, onde estamos reivindicando que algumas reformas que estão engavetadas no País saiam das gavetas e venham para a prática.

Nós estamos em um momento no País, já dizia isso aqui ontem, onde se a classe política no País não começar a ter atitudes práticas não só em discursos, não só em mídias, mas ação prática, o povo brasileiro vai fazer essas reformas no braço, na força. Porque tudo o que estamos falando aqui, o que repercutiu ao Deputado Adib Elias, à Deputada Isaura Lemos, que também nos antecederam, tudo o que estamos repercutindo aqui é resultado de um modelo político administrativo falido. O modelo que exauria, acabou.

Ou a gente entende isso, que o País precisa

ser reformulado, reformado, reconstruído ou vamos ver o povo brasileiro fazer tudo isso no braço. E aí é um perigo, porque onde existe um clima como está no Brasil, hoje, abre-se o leque para discussões e precedentes para que qualquer coisa aconteça, inclusive, um golpe. Já ouvi, não é caso isolado ouvirmos aí vários setores da sociedade defendendo novamente o Regime Militar.

Olha a que ponto está chegando, no clima que o Brasil vive hoje pode acontecer qualquer coisa se a classe política não começar com ações práticas. Porque a sociedade está nas ruas, está dizendo, se nós não fizermos, o braço do povo vai fazer, porque temos que entender que esse País tem que ser reformulado não só na esfera política legislativa, mas em todas as esferas de poder.

E digo que a reforma política sozinha não vai resolver o problema do Brasil, porque o que tenta se vender por aí é que se fizer uma reforma política o Brasil vai resolver os seus problemas. E não vai. A Reforma Política sozinha vai adiantar nada. Se nós fizermos uma Reforma Política sozinha, isolada das outras reformas que o país precisa, nós não vamos ter muito avanço, não vamos ter mudança na forma de escolher. Na forma do financiamento talvez ajude alguma coisa, mas não vai resolver o problema do Brasil.

Nós temos problemas sérios. A Reforma Política precisa ser feita não nos moldes para atender os simples interesses partidários, isso é preocupante, Deputado Adib Elias, porque, olhe: o Brasil não suporta essa situação de termos 32 partidos políticos, caminhando para ter mais. Isso é um absurdo. Nós não temos tanta ideologia no Brasil. Eu não acredito que um país tenha 32 ideologias diferentes para fundar tanto partido, como acontece no Brasil. E aí, acontece o que o Deputado estava dizendo: fatiamento da máquina. E aí, entra a questão de se fazer uma Reforma Administrativa séria neste País. Como pode um Governo ter trinta e tantos Ministérios? Isso é um absurdo. Agora, se deve ao modelo e o modelo está falido. Ou muda o modelo ou vamos mudar.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Manoel de Oliveira, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO MANOEL DE OLIVEIRA:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados, boa tarde.

O nosso tempo de Assembleia vai passando. E eu estive aqui há 28 anos. E, às vezes, quando

você chega, o ímpeto é muito grande, mas você vai parando e pensando e chegando à seguinte conclusão: por que nós não vamos fazer um trabalho nesta Casa de cobranças e soluções? Por exemplo, quero dizer ao Deputado Bruno Peixoto, que é goiano, que nasceu em Goiânia, que eu tenho 62 anos de Goiânia. Eu catei gabirola na Praça Tamandaré, eu estudei no Pedro Gomes. E na época em que eu estudava no Pedro Gomes, quem era o Presidente do Diretório era o Iris Rezende, que era meu ídolo político na época.

O que nós temos que fazer? Nós precisamos prestar um serviço diferenciado. Quando eu falo que vocês prestam um bom serviço, prestam. Por que prestam? O senhor não cobrou a questão do asfalto lá em sua região, nobre Deputado Adib Elias? Eu corri atrás, será resolvido. Se o senhor não tivesse cobrado, talvez demorasse um pouco mais, mas seria resolvido. O senhor cobrou a questão do DETRAN e eu fui lá. Existem realmente muitos problemas ainda. Mas, eu trouxe o papel. Fiquei feliz, porque um usuário do DETRAN, quando cheguei lá, me mostrou e falou: "Olha, Manoel, eu entrei aqui dia 3 de março e dia 6 eu recebi em minha casa o meu documento". E eu disse: mas foi tudo assim? E ele respondeu: "Não. Tem uma restrição com respeito ao Vapt Vupt, que era o sucesso do DETRAN. Sabe por que não está funcionando? Porque ele foi feito para atender 1.300 pessoas". E eu não sabia disso. E agora são atendidas mais de 3.000 pessoas.

Com isso, já estão sendo tomadas as providências de diversificar. Como existem vários vapt vupts, o DETRAN também irá colocar em vários pontos da cidade. O que está acontecendo? Porque o senhor cobrou. Porque eu fui até lá saber o porquê.

Ontem, por exemplo, o nobre Deputado Bruno Peixoto cobrou a questão com respeito aos caminhões da Prefeitura, que o Governo prometeu. Eu fui buscar informações, parece que existe um problema com relação a documento, então, dê uma olhada lá. Se tiver problemas de documento, vamos arrumar esses documentos e eu vou cobrar do Governador, ele não prometeu? Governador, vamos ajudar a Prefeitura de Goiânia! Nós moramos em Goiânia.

Eu vejo dessa natureza. Amanhã, se tiver um problema em Goiânia, eu venho aqui para pedir para vocês: olhem, falem com o Prefeito lá...! O Parque Amazônia está com uma denúncia enorme, que diz respeito à questão do lixo. E quero dizer também a vocês que se lembram da administração

de sucesso do Nion, porque ele tinha uma preocupação: de uma Goiânia florida, alegre, limpa e com asfalto. Foi isso que fez o sucesso dele. Eu acho que limpar uma cidade não é tão difícil assim.

Agora, tem um problema? Vamos resolver esse problema. Nobre Deputado José Nelto. Vossa Excelência é daqui, de uma região maravilhosa de Goiânia. O asfalto está ruim? Vamos cobrar, vamos arrumar. A estrada está ruim? Vamos cobrar, vamos melhorar.

Fui também saber qual é o problema daquele viaduto na saída de Nerópolis. Aconteceu um fato, havia redes não sei do quê e não sei do quê. E tiveram que fazer um novo projeto com aquele problema lá, mas já me garantiu que daqui a três meses estará pronto. Como nós já tivemos outros problemas, e, é claro, não vamos fugir do nosso debate.

Inclusive, quero fazer aqui, dizer aos amigos Deputados, vamos fazer da seguinte maneira: vocês cobram de nós, o Governo Estadual, e nós vamos cobrar da Prefeitura, do Governo Federal, e em 48 horas eu trago a informação do Governo Estadual. E em quarenta e oito horas vocês trazem para nós com respeito ao Governo Municipal e ao Governo Federal, perfeitamente normal.

Então, vamos fazer desta maneira, não vamos sair do debate, vocês não vão dar conta de não debater. Se vocês não vão dar conta de não debater, muito menos eu. Se tirar este microfone de mim mais de vinte e quatro horas é provável que eu me suicide.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Carlos Antonio, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANTONIO:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados.

Senhor Presidente, ocupo esta tribuna para fazer uma prestação de contas do trabalho desenvolvido pela Comissão da Criança e Adolescente nesta tarde.

Estivemos há pouco em audiência com o estafe da segurança do Estado de Goiás, com os Conselheiros Tutelares do Estado de Goiás, Conselheiros de Goiânia, Senador Canedo, Aparecida, Edéia, Pontalina, entre outros municípios que se fizeram presentes, para fazer um apelo em especial ao Secretário Joaquim Mesquita. E aqui o cumprimento pela receptividade,

pela maneira carinhosa e atenciosa que recebeu a todos na Secretaria de Segurança.

O apelo em especial é para que haja uma sensação de segurança nos trabalhos dos Conselheiros Tutelares.

Hoje, existe um afastamento dos órgãos de segurança, das instituições que tenham a obrigação de passar uma sensação de segurança. E o Secretário se comprometeu, e eu quero agradecer a presença do Coronel Dragalzew, que lá estava, e que também fez um compromisso de refazer uma aproximação da Polícia Militar. O Delegado João Carlos fez o compromisso de uma aproximação da Polícia Civil com os Conselhos Tutelares. E ali, naquela audiência pública, ficou agendado um seminário a ser realizado nesta Casa, Senhor Presidente. E desde já peço a Vossa Excelência, o seu apoio para a realização desse seminário aqui, na Casa, com o tema sugerido pelo Secretário de Segurança, Dr. Joaquim Mesquita.

Nesse dia a segurança do Estado estará colocando à disposição dos conselheiros todas as ferramentas possíveis de integração, de aproximação e de interação dos conselheiros com a Polícia Militar, Polícia Civil e, em especial, com a sociedade.

Senhor Presidente, gostaria de dizer a Vossa Excelência que esta Casa foi muito elogiada pelo secretário pela postura de aproximação, de busca de uma solução para que não ocorra em Goiás o que aconteceu em Pernambuco, onde, infelizmente, ocorreu a morte de três conselheiros. E prevendo essa possibilidade e fazendo um trabalho preventivo, é que procuramos, hoje, a Secretaria de Justiça, e aqui o saldo foi extremamente positivo.

Espero, Senhor Presidente, contar com o apoio de Vossa Excelência, com o apoio de todos os membros e Deputados membros da Comissão da Criança e do Adolescente, para que possamos dar andamento a essa reivindicação feita pelos conselhos tutelares ao Secretário Joaquim Mesquita. Então, o saldo foi positivo, e, se foi positivo, terá um resultado prático, e é essa a nossa expectativa.

Só para se ter uma ideia, Senhor Presidente, foi feito um relato por parte dos conselheiros ao Secretário de Justiça dos mais diversos possíveis tipos de agressões, agressões verbais e físicas. Lamentamos, profundamente, que ainda aconteçam essas agressões aos conselheiros

tutelares do Estado de Goiás. E a classe foi ali representada, Senhor Presidente, pela Associação de Conselheiros, que fez também o seu relato ao Secretário Joaquim Mesquita. Então, esta Casa, no papel de defender as mais diversas classes e a Comissão da Criança e do Adolescente, pela aproximação que tem com os conselheiros tutelares, fez o seu papel de hoje à tarde fazer a sua reivindicação.

Então, falo de maneira pública que está de parabéns o Secretário Joaquim Mesquita pela maneira com que ele recebeu, pela maneira com que sugeriu soluções e a maneira com que ele tomou providências ali mesmo, naquela audiência pública.

Então, fica aqui registrado, mais um trabalho da Comissão da Criança e do Adolescente, que não foi apenas em seu nome, mas em nome desta Casa, Senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o Senhor 1º Secretário para proceder à leitura dos projetos de lei apresentados na presente Sessão.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Henrique Arantes.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: - Antes da leitura dos projetos, gostaria de pedir que se registrasse em Ata, nos anais da Casa, a presença do Secretário de Governo Henrique Tibúrcio, que nos honra nesta tarde.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Adib Elias.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS: - Senhor Presidente, não é para chamar a atenção, nem para magoar ninguém, mas, para a bancada do Governo, em relação à nota do DETRAN ontem.

Eu me levanto todos os dias às cinco da manhã, só existem dois que fazem isso, o Iris Rezende e eu, lá em Catalão. Mas, vou para a Internet, e creio que todo mundo que está aqui reconhece a jornalista de "O Popular", Fabiana Pulcineli, como uma das mais importantes jornalistas do Estado.

Portanto, quero ler o que ela colocou hoje na Internet. Quando eu falo que o Deputado Manoel de Oliveira, que disse que conseguiu resolver o seu problema no DETRAN em três dias, eu acho que ele entrou pela porta dos fundos, porque é Deputado, aquela coisa toda.

Mas, vejam o que a Fabiana Pulcineli escreveu hoje: "Recebi o boleto do IPVA, paguei 15 dias antecipados e agora o banco me liga dizendo que o código de barras está inválido. Segundo o gerente, todos os pagamentos estão sendo devolvidos. A bagunça do DETRAN chegou a um ponto que nem para receber dinheiro eles têm experiência". Fabiana Pulcineli.

Estou apenas mostrando aqui, Secretário, não é crítica para destruir não. Vocês já perceberam que o que eu quero é debater, mas para ajudar a consolidar o processo administrativo, o processo político. Estou dando exemplo de que às cinco e meia da manhã eu vi uma jornalista importantíssima colocar na Internet esse fator. É só para ajudar e demonstrar que quando a gente fala e nós todos...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra o Senhor Primeiro-Secretário para proceder à leitura dos Projetos de Lei apresentados na presente Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Projeto de Lei nº 44, de 12 de março de 2015, de autoria do nobre Deputado Luis Cesar Bueno, que declara de utilidade pública a Sociedade Araguaia pelo ambiente de cultura, desporto, diversidade, direitos humanos, livre orientação e expressão sexual, saúde, segurança e turismo, situada no município de Aragarças.

O SR. PRESIDENTE:- Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Projeto de Lei nº 45, de 12 de março de 2015, de autoria da nobre Deputada Isaura Lemos, que fica concedido a Tarso An An o Título Honorífico de Cidadão Goiano.

O SR. PRESIDENTE:- Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como

estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Eram somente esses projetos de lei apresentados na presente Sessão, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Continua com a palavra o Senhor Primeiro-Secretário para proceder à leitura da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Processo nº 4.107/14, em fase de 2ª discussão e votação, da Governadoria do Estado, que autoriza a reversão do imóvel que especifica à Associação Atlética Alexaniense.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Peço a palavra para discutir a matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Perfeitamente.

Está em discussão. Tem a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado José Nelto.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS:- Senhor Presidente, também peço a palavra para discutir a matéria, por se tratar de um relato do nobre Deputado Álvaro Guimarães, e de extrema complexidade.

O SR. PRESIDENTE:- Perfeitamente, ilustre Deputado, mas o PMDB tem direito a uma discussão. A sugestão do seu líder é para que Vossa Excelência faça o encaminhamento de voto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Imprensa.

Noto que tem Deputado nesta Casa que está confundindo seu papel. Ele deveria estar no Congresso Nacional, discutindo a reforma política, a reforma do Código Penal, a reforma tributária, enfim, as reformas necessárias, e não aqui nesta Casa. Ele está fugindo do debate.

Entendo também que teve um Deputado que subiu à tribuna, e vou citar o nome dele, o Deputado Manoel de Oliveira, que está no local errado também, pois está aqui querendo cumprir o papel da Câmara de Goiânia, pois está debatendo assuntos de Goiânia.

Quero debater é o Estado de Goiás, a situação que vive o Estado de Goiás. Quero debater nesta Casa o DETRAN, a pouca vergonha que

virou o DETRAN em Goiás, o DETRAN em Goiás virou caso de polícia, o DETRAN em Goiás é um caso de vergonha. O João Furtado, além de ser João Furtado, passou ser agora “João Roubado”, “João Mentiroso”, porque tudo que ele fala não é verdade, ele é desmentido não por este Deputado, mas pela imprensa do Estado de Goiás, todo dia e a toda hora, Deputado Adib Elias. O DETRAN do Estado de Goiás é o culpado pelo desemprego na área de vendas de automóveis, porque o que adianta você vender o automóvel e não poder emplacá-lo? Você não pode pagar o IPVA porque o Governo não tem como receber. E aí nós perguntamos: qual é o anjo da guarda que defende o João Furtado?

Eu já vi em Goiás a justiça afastar Secretários de Estado, afastar o Presidente da COMURG. E quero anunciar aqui, em meu nome e da bancada do PMDB, vou conversar com a Deputada Isaura Lemos, com a liderança do PT. Na segunda-feira, recebi no meu gabinete o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do DETRAN.

Nobre Deputada Isaura Lemos, no período das eleições houve um abono salarial, no período de julho até dezembro, o verdadeiro estelionato eleitoral, pegue o contracheque dos servidores, não tem mais esse abono salarial, foi retirado dos servidores do DETRAN. Aí eu pergunto: como fica o Governo perante os servidores do DETRAN? Entregou o abono salarial no período eleitoral, colocou no contracheque em dezembro e encerrou o abono salarial. O servidor não tem mais esse dinheiro que ele tinha para sua família.

E agora o DETRAN virou essa pouca vergonha, essa conversa fiada, e ainda mais o Dr. João Furtado denunciou o Dr. José Taveira. Diz que o Dr. José Taveira comprou o serviço de treze milhões de reais e já chega a trinta e três milhões de reais, comprou, e, segundo ele, não entregou.

Então, olhe que há uma confusão, e qual é a proposta nossa? Convidar o Dr. João Furtado nesta Casa aqui, porque ele fez uma denúncia seriíssima contra o Dr. José Taveira. Ele o chamou de corrupto, esta é a verdade, está no jornal, não estou inventando e nem aumentando. Eu não quero dizer essas palavras do Dr. José Taveira, e não quero acusá-lo, e não estou acusando o Dr. José Taveira de ladrão e corrupto, quem o acusou foi o Dr. João Furtado, e vai ficar por isso mesmo. O José Taveira vai ter que entrar na Justiça, então, para que a gente possa dirimir essa dúvida aqui, nós vamos fazer um convite para o Dr. João Furtado e para Dr. Francisco Taveira, para que

possa haver uma acareação entre os dois, para saber quem está falando a verdade, se é o Dr. João Furtado. Aí, sim, nós temos que mandar o caso para o Ministério Público, e mandar para a Justiça. E o Dr. José Taveira não pode continuar à frente da SANEAGO, ou o Dr. João Furtado, para encobrir a sua incompetência, é um dos homens mais incompetentes que eu já vi no Estado de Goiás, que acusa e vai ficar por isso mesmo.

Eu estou aqui tentando fazer a defesa, nobre Deputado Talles Barreto, do Dr. José Taveira. Porque ele foi acusado e está na imprensa do Estado de Goiás de ter colocado a mão em treze milhões. Comprou o que não foi entregue para o DETRAN, isso é muito grave, a acusação entre servidores de alta patente do Governo. Eu pergunto quem é que esta por trás do Dr. João Furtado? Olha, cai qualquer um deste Governo, Deputado Major Araujo, mas João Furtado não cai. Eu quero saber quem é o padrinho de João Furtado? Porque esse homem tem costa quente demais, o desgaste que ele está provocando no governo de Goiás, a irritação que ele provoca hoje ao cidadão que vai lá pagar o IPVA, que vai ao DETRAN, é algo imensurável, e o Governador na maior paciência.

Olha, a gente vai ter que dizer ao Governador: existe na Bíblia um ditado bíblico, Deputado Talles Barreto, que o cidadão para sobreviver precisa ter a sabedoria de Salomão, mas precisa ter também, Deputado Talles Barreto, a força de Davi, mas tem também que ter a paciência de Jó. Então, agora vou chamar o Governador de Governador Marconi Perillo Jó, para ter a paciência de suportar esse peso nas suas costas, porque acontece todos os dias, toda hora o Senhor João Furtado é desmentido pela imprensa do Estado de Goiás, e continua mantido no cargo.

Mas, para que esse peso não continue, o Governador que não tem coragem de demití-lo, vamos procurar a justiça, Deputado Adib Elias. Na segunda-feira, juntamente com a Associação dos Servidores do DETRAN, nós vamos entrar com uma ação e pedir para afastar esse mal de mim. Afaste esse mal da sociedade, esse mau administrador, afaste-o do DETRAN.

É isso que quer o povo do Estado de Goiás. Não podemos suportar, imagine, Deputado Coronel, para mim é Coronel, Major Araujo, Vossa Excelência, se a torre de Brasília parar de funcionar um minuto, dez minutos, um dia, dois dias, uma semana, é o caos aéreo aqui em Goiás; Deputado Luis Cesar Bueno, é o caos terrestre, não tem como o cidadão sair de casa, porque o

seu veículo é multado, porque não pode pagar nem o IPVA.

Portanto, já que o Governador tem a paciência de Jó e ele não quer afastar esse mal que está perturbando a sua vida, nós vamos à justiça, e a justiça vai por fim na agonia do DETRAN, vai por fim na agonia do João Furtado, porque ele está lá numa missão impossível, que é a de fazer atos...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Henrique Arantes.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados, boa tarde.

Eu não gosto de fazer o que eu venho fazer aqui hoje, Deputado José Nelto, que é discutir a matéria sem discutir a matéria, como Vossa Excelência fez.

Eu não vou tocar no tema da matéria, não gosto de fazer isso, mas me senti forçado a fazer, porque eu preciso dar uma resposta ao senhor sobre o que o senhor disse sobre os Deputados confundirem as suas funções. Eu acho que não é por aí. O senhor disse que o Deputado não pode vir aqui e citar a política estadual, não pode vir aqui e questionar uma reforma do Código Civil. É claro que podemos. Somos cidadãos acima de tudo. Pagamos os nossos tributos. Vivemos sob a jurisdição federal, embora sejamos e estejamos cumprindo um mandato de Deputado Estadual. Mas temos sim o dever de cobrar do Governo Federal, porque essa revolução sai de baixo para cima, e a vontade do povo vai se transformar, e a manifestação aqui no Parlamento nada mais é do que isso.

E eu acho que nenhum dos nossos colegas aqui discorda. São necessárias as reformas. A política, a do Judiciário e, inclusive, a do próprio Ministério Público. Reformas das instituições. Há um conflito entre todas elas, é notório.

Você não sabe quem manda no Brasil, se é a Presidente, se é o STF, se é a Promotoria. Você não sabe quem manda na Prefeitura, o Prefeito ganha a eleição para administrar, o Promotor local quer assumir a política pública local.

Então, há um conflito, e nós temos que discutir sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ ANTÔNIO:- Nobre Deputado

Henrique Arantes, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Com o maior prazer, nobre Deputado Zé Antônio.

O SR. DEPUTADO ZÉ ANTÔNIO:- Meu amigo e colega Deputado, meu correligionário, Deputado Henrique Arantes, quero cumprimentá-lo pela sua postura, uma vez que eu comungo da sua opinião.

De fato, esta Casa de leis está apta, e é legítimo nós debatermos todo e qualquer assunto que vá alcançar os cidadãos goianos. Então, quero fazer coro à sua fala e, inclusive, lembrar que esse debate sobre temas nacionais foi abordado ainda esta semana, e muito bem abordado, pela Deputada Isaura Lemos, que, inclusive, na ocasião, cobrou uma postura do Líder da Bancada do PMDB, Deputado José Nelto. Justamente entendendo que seria importante ele se posicionar, e não houve esse posicionamento, houve uma omissão.

Então, concordo com Vossa Excelência e quero acrescentar, sobretudo no que diz respeito à questão do DETRAN, que de fato é um tema que todos nós estamos acompanhando e trabalhando para solucionar, ao lado do grande Governador Marconi Perillo. E não só criticando, sem trazer qualquer posição de solução.

Então, eu quero aqui dizer que se o PMDB quer indicar algum Secretário, seja ele qual for do Governo, primeiro, vocês têm que ganhar o Governo para indicar o Secretário, porque vocês não têm legitimidade para dizer sobre isso.

E no que diz respeito a qualquer questão legal e jurídica, é legítimo também que possam acionar e deixem que a Justiça faça o seu trabalho. Agora, não venham blefar em cima de nós Deputados não, porque nós sabemos quais são as atribuições do Governador no Executivo e as nossas no Legislativo, também, e nós haveremos de defendê-las aqui.

Então, vamos resguardar cada um em sua alçada e deixem o Governador Marconi Perillo continuar esse trabalho. E essas nomeações continuam sendo, repito, atribuições do Governador; e se o PMDB quiser tê-las, que ganhe o Governo do Estado e possa fazê-las.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Muito obrigado, nobre Deputado Zé Antônio.

Mas, eu só queria contribuir dessa forma e dizer que nós não estamos confundindo

atribuições em momento nenhum. É legítimo que um Deputado Estadual ou Federal ou um Senador manifeste favorável, contra um tema ou outro em uma Reforma Política. Os demais temas foram debatidos aqui, que são temas nacionais sim, mas nós fazemos parte da Federação e acho que é praticamente plausível e legítimo discutirmos isso aqui no nosso Parlamento.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: Concedo ao nobre Deputado Simeyson Silveira um aparte.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quero apenas fazer uma consideração, porque quando o nobre Deputado subiu ali para fazer uma crítica, e embora não tenha falado meu nome, foi feita uma crítica direta a mim, que estou preocupado com questões das reformas; não sou só eu não, são milhares e milhares de milhões de brasileiros que estão preocupados, tanto é que estão indo para as ruas.

Deputados dos outros partidos que me antecederam também demonstraram preocupação com as reformas. Então, são situações que nós estamos preocupados, e eu não subo à tribuna sem propor algo prático. Tanto é que peço a Vossa Excelência que assine conosco, e eu estou levando porque o nosso partido está discutindo essa questão em Brasília. Faço parte do partido e eu estou indo a Brasília para entrar nessa discussão, e gostaria de levar uma posição do nosso Parlamento.

Porque nós estamos preocupados também com questões nacionais, porque nós somos Deputados e estamos aqui no Estado de Goiás. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que entender que a classe política como um todo está em cheque no Brasil. Eu estou e a sociedade está cobrando de nós e não quer saber em qual esfera. O modelo político do Brasil precisa ser revisto e eu entendo que tem que ser revisto.

Então, é por isso que eu estou subindo à tribuna e vou continuar fazendo, acho que elas são importantes, e gostaria de entrar nessa discussão, tanto é que estou indo a Brasília, levando esse documento, porque eu acho que é uma discussão importante não só para nós, mas para o País. Vamos ver agora, dia 15, o País ir às ruas novamente, clamando para que haja alguma ação prática, é isso que estamos buscando. Gostaria que Vossa Excelência entendesse que esse é um clamor popular e que eu faço parte desse clamor.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Concedo um aparte ao nobre Deputado Adib Elias.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS:- Deputado Henrique, há mais ou menos 15 dias, ocupei a tribuna para falar da minha preocupação de quando acompanho na Internet vendo o número de pessoas pelo o Brasil inteiro querendo que voltasse a ditadura.

É claro que o clima hoje é muito diferente de 1964, é claro que os próprios países europeus não façam acordos financeiros com países que vivem sob a ditadura. É tudo diferente. Hoje, o que se pensa no Brasil é que, na verdade, temos que legitimar que é que verdadeiramente ganhou as eleições durante o período eleitoral. Esta Casa pode estimular Brasília.

O Deputado Simeyzon disse ontem aqui: eu quero levar para a reunião do PSC em Brasília uma manifestação desta Casa em relação aos assuntos que vamos ter lá. Isso é a realidade, é através das Câmaras de Vereadores que sustentamos o nosso debate. É através das Assembleias que Brasília também pode movimentar. A reforma política urge, ela é importantíssima. Diminuir o poder econômico e valorizar a representação popular, isso é importante. Financiamento, importantíssimo. Agora, quando nós fazemos aqui, vocês não entenderam o Deputado José Antônio, que sabe o apreço que tenho por ele, o Deputado José Antônio, que já foi do meu partido quando eu era Presidente. Quero dizer ao Deputado José Antonio que o Deputado José Nelto não falou, de forma nenhuma, que isso não era para ser debatido aqui. O Deputado Manoel de Oliveira disse: vocês cobram de nós, o Estado, e vocês vão cobrar ações da Dilma ou do Prefeito de Goiânia. Somos eleitos Deputados Estaduais e temos de indicar...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: - Nobre Deputado Adib, muito obrigado.

Gostaria de agradecer aos que contribuíram e dizer que fico satisfeito com a contribuição de vocês, que o debate não pode ser dessa forma. Não podemos nos privar de debater temas nacionais, lembrando que a nossa função como Deputados Estaduais também é a de pressionar a cúpula do Governo Federal, os nossos partidos, os nossos senadores, os nossos Parlamentares Federais para cumprir essa agenda positiva para o Brasil.

Então, agradeço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: - Está com a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

Antes, gostaria de transferir a presidência desta Casa ao 1º Vice-Presidente desta Casa, Deputado Nédio Leite, pois estarei representando o Poder no Ministério Público, na posse do Dr. Lauro Machado como Procurador-Geral de Justiça.

Agradeço a todos que me prestigiaram até este momento e transfiro a Sessão ao Senhor 1º Secretário.

(O SENHOR DEPUTADO NÉDIO LEITE ASSUME A PRESIDÊNCIA)

O SR. PRESIDENTE: - Assumindo a Presidência, asseguro a palavra ao orador que se encontra na tribuna, Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Senhor Presidente, Vossa Excelência pode ter percebido, junto com as lideranças e com o Líder do Governo, que é impossível segurar o debate. O debate político sobre a conjuntura política do Estado e do País aflora nesta Casa. E eu peço a compreensão da Mesa Diretora para instituir o Grande Expediente, pois se abrir o Grande Expediente iremos até as dezessete horas com o debate político. Mas, se não abrir o Grande Expediente, a forma regimental que está sendo encontrada é no debate dos projetos, conforme esse que autoriza a reversão do imóvel da Associação Atlética Alexaniense.

Mas, vamos ao debate. Primeiro, a crise política no Brasil surge em função das reformas que estão em andamento, reformas dentro da estrutura do País, que possibilitam uma inclusão social jamais ocorrida na história do País, reformas que possibilitam uma nova vida no campo, uma nova vida nas cidades, o apoio ao setor produtivo e, fundamentalmente, condições para que os trabalhadores tenham acesso à dignidade e à cidadania.

Getúlio Vargas também ousou fazer isso um dia e suicidou-se para correr de um golpe comandado pela UDN, pelo Lacerdismo, com o aval dos Estados Unidos. Juscelino Kubitschek, junto com João Goulart, também ousou realizar essas reformas, as chamadas reformas estruturais, as chamadas reformas de base. E, mais uma vez, o capital internacional, puxado pelos Estados

Unidos que agora, recentemente, estão no Tribunal da ONU por grampear os chefes de Estados do Brasil. Naquela época, se articularam e deram um golpe militar no Brasil, tolhendo a democracia e o voto direto do cidadão por quase três décadas.

Posteriormente a isso, tivemos algumas tentativas, o Presidente Sarney tentou, através do Plano Cruzado, depois o Presidente Fernando Henrique Cardoso tentou estruturar as reformas de base com o Plano Real. Mas, concretamente, essas reformas foram implementadas numa aliança política puxada pelo Presidente Lula, com o José de Alencar, do PR; com o Presidente Temer, do PMDB; e conseguiu-se, efetivamente, melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Queiram o PSDB e seus aliados, ou não, o Brasil de hoje é diferente de antigamente. Éramos a 11ª economia do mundo, hoje, somos a 6ª e, em janeiro do ano que vem, passaremos a Inglaterra e seremos a 5ª economia do mundo.

Queiram vocês ou não, a Petrobras no mês passado passou a PDVSA da Venezuela, e é a primeira companhia petrolífera do mundo. Apesar de os Estados Unidos não aceitarem o marco regulatório do Petróleo.

Queiram os golpistas e Aecistas ou não, houve uma vitória da Presidente Dilma, que conseguiu viabilizar e dar continuidade a um Governo de inclusão social, a um governo de justiça, a um governo que apura a corrupção, a um governo que manda corrupto para a cadeia, a um governo que viabiliza o funcionamento independente do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Ministério Público. O Governo, Deputado José Nelto, que cumpre as emendas parlamentares do Senador Caiado, dos Deputados da oposição. Um governo verdadeiramente republicano.

Então, nesse sentido, não posso aceitar aqui algumas críticas que são formuladas, principalmente daqueles que participam do Governo, que brigam para indicar cargos no Governo Federal, que fazem toda uma articulação política para que os seus Prefeitos tenham obras e recursos do Governo Federal.

Um Governo da Presidenta Dilma, que se não fossem os recursos do Governo Federal, o Governador Marconi Perillo não terminaria o seu Governo, porque ele não teria condições de fazer as obras que fizeram aqui em Goiás. Então, isso é uma ingratidão muito grande, que nós não podemos aceitar.

Agora, o que é grave é tentar fazer desta Casa uma Câmara Municipal de Goiânia. O Prefeito Paulo Garcia está concluindo o Anel Viário. Chegou para Goiânia setecentos milhões de reais para investir na mobilidade urbana e no transporte coletivo. O Partido dos Trabalhadores, através do Paulo Garcia, fez um acordo entregando para o Marconi Perillo trezentos e vinte milhões para ele melhorar o sistema de transporte coletivo no Eixo-Anhanguera. Fizemos aqui um debate, onde fomos contra o VLT, e o Deputado Major Araújo participou desse debate. Nós desafiamos o Governo a construir o VLT sem o impacto técnico. E nós falamos: vocês não vão dar conta de fazer o VLT, porque ele não tem consistência técnica. Levaram os trezentos e vinte milhões do Ministério do Transporte, e nós conseguimos agora. Vamos lançar com a Presidenta Dilma o BRT, que o Veículo Sob Trilhos que é onde verdadeiramente o recurso deveria ser aplicado, e não sob um trilho urbano de subúrbio ultrapassado, que não se usa nas grandes cidades, conforme é o VLT, que desafio o Governo do Estado a fazer. Não vão dar conta de fazer, porque não tem viabilidade técnica para fazer ao longo do Eixo-Anhanguera.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Concedo um aparte ao nobre Deputado José Nelto, Líder do PMDB, com toda honra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Nobre Deputado Luis Cesar Bueno, a situação do Governo em Goiás está tão ruim, até gostaria que a Deputada Isaura Lemos estivesse aqui. O líder dele, maior, da cidade de Rio Verde, está abandonando a política, porque ele é obrigado a tratar da Polícia Militar, ele não aguenta mais a violência no Município de Rio Verde, que não tem uma ação do Governo do Estado de Goiás, do Secretário de Segurança Pública. A segurança pública em Goiás está ruim, vai mal, prova disso está no jornal de hoje: "Juraci Teixeira, Prefeito de Rio Verde, está abandonando a política porque o Governo está empurrando a conta da segurança pública, lá no município, para a prefeitura da cidade". Está aqui, o Prefeito contra as ações do Governo do Estado de Goiás.

Essa é a realidade, eu quero debater a segurança, que não está bem em Goiás, é esse debate que esta Casa tem que fazer, e estamos vendo que a base do Governo foge, não debate do puxa-saquismo, isso não leva a nada, isso envergonha, são Deputados sérios, e ninguém aqui precisa puxar saco do Governador, esse não é o

papel do Deputado, é falar a verdade sobre o que está acontecendo em Goiás. O Prefeito Juraci quer abandonar a política porque não consegue ter apoio do Governo para combater a violência no Município de Rio Verde. Está aqui registrado no jornal, a jornalista é Oníria Guimarães.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Agradeço-lhe o aparte, Deputado José Nelto.

Peço aos colegas que vão usar a tribuna para fazer o bom debate, o debate com nível em relação ao Governo Federal e ao Governo do Prefeito Paulo Garcia.

Que pare o número de homicídios em Goiás, são 2.500 mortes por ano, Goiás é um dos Estados mais violentos do Brasil.

Façam alguma coisa!

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para discutir a matéria, o Deputado Santana Gomes.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Senhor Presidente; Deputadas; Deputados; Assessores; Telespectadores da "TV Assembléia".

Senhor Presidente, eu fico imaginando que a Presidenta Dilma Roussef tivesse uma preocupação como o Governador Marconi Perillo, porque ele é mais ágil que os outros. Por que ele é mais ágil? É porque ele leva projetos e propostas. Por exemplo, o Prefeito de Goiânia não consegue fazer um projeto; para tirar dinheiro dos fundos perdidos tem que levar projetos. E aí têm que ser aprovados os projetos, o Governador Marconi Perillo consegue fazer e preparar projetos.

O Governador Marconi Perillo deve ter projetos para os quatro anos dele, já têm projetos, abriu o cofre, ele já está com os projetos em mãos. Não é que a Presidenta Dilma Roussef vai dar para ele não, ela não vai dar nada. É porque ele chega primeiro, com os projetos prontos.

E aí, a incompetência do Prefeito de Goiânia... É diferente, é incompetência mesmo. Então, o Governador Marconi Perillo tem que ser respeitado, ele é diferente, ele planeja o Governo dele.

Ele não faz o Governo do imediatismo, daquele "vamos tapar esse buraco". Não, ele programa o Governo dele.

Então, é claro que a oposição vai sofrer...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO OLIVEIRA:- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Concedo um aparte para o nobre Deputado Francisco de Oliveira.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO OLIVEIRA:- Nobre Deputado Santana Gomes, o nobre Deputado José Nelto, ele teve escola. Quando ele coloca que Deputado é “puxa saco”, certamente, ele esta lembrando do seu passado. Porque não tinha um Governo coerente, um Governo sério, trabalhador como o Governador Marconi Perillo, eu digo muito aqui que o Governo dele por si próprio se defende. Governador por quatro vezes, reeleito agora com 57% dos votos. Aqui nós temos Deputados que defendem um programa de Governo que deu certo, um programa de Governo que é exemplo para o Brasil. E eles não aceitam isso, e o nobre Deputado José Nelto, da escola que teve de “puxa saco”, vem trazer para cá dizendo que tem Deputado que fica “puxando saco” do Governador, não.

Nós temos um Governador que trabalha, é sério, é honesto, competente e é o diferencial de Governadores nos Brasil. Como Vossa Excelência colocou, ele trabalha antecipado. Está cortando na carne, neste Governo, neste primeiro ano. Preparando o Governo para poder chegar ao ano que vem estar coerentemente certo com o Tesouro Nacional. Para poder ele apresentar os primeiros projetos e trazer recurso para Goiás. Porque Goiás é o Estado que mais cresce, acima da média nacional.

Então, nobre Deputado, parabéns a Vossa Excelência, e que o Governo Marconi sirva de escola para o Deputado José Nelto.

Deputado José Nelto, o Governador Marconi Perillo é trabalhador, sério, é bacana, quatro vezes Governador, e aqui tem Deputado que defende um Governo que deu certo nos quatro mandatos.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Mas, voltando ao debate, à segurança. Olha a diferença do Governador Marconi, saiu aqui nos jornais de hoje, estou orgulhoso de ser goiano, e goianiense hoje, o Comandante- Geral da Polícia Militar do meu Estado, ontem, foi eleito o Presidente do Conselho Nacional de todos os Comandantes Gerais do País. Esse é o diferencial.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS:- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS:- Eu tenho um compromisso, mas não poderia deixar de debater, não é discutir com Vossa Excelência. Veja bem, ninguém aqui é águia, ninguém aqui é puxa-saco, somos Deputados Estaduais para falar aquilo que verdadeiramente acontece no Estado. Preste atenção, Deputado Santana, Vossa Excelência está falando aí que o Comandante da Polícia foi eleito Presidente dos Comandantes. Olha só o que Vossa Excelência tem para me falar: “Prefeito cobra ações da Secretaria de Segurança”. De hoje, o Prefeito de Rio Verde. Olha só o que ele diz: “Agradeceu a presença do Chefe da Segurança e pediu mais uma vez que as ações não fiquem apenas em propósito”. Quem conversa? É o Prefeito de Rio Verde, Senhor Juraci. É isso que estou dizendo, há coisas que não estão funcionando.

Ninguém aqui vem para puxar-saco ou para falar mal, da minha parte, por exemplo, isso não tem. Eu tenho porque eu leio, acompanho, guardo para a gente discutir, debater. Amanhã Vossa Excelência vai chamar esse Comandante e dizer: Olha, o jornal de ontem, o “Diário da Manhã” teceu uma crítica que já prometeu aqui várias ações, e o Prefeito Juraci, que é do nosso lado, está pedindo ação, não quer mais conversa.

Então, é só isso que eu queria falar para Vossa Excelência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO SEBBA:- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Vou cumprimentar Vossa Excelência.

Um aparte ao nobre Deputado Gustavo Sebba.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO SEBBA:- Deputado Santana, gostaria de aproveitar esse debate da Segurança Pública para fazer um agradecimento em público ao Comandante Coronel Silvío, porque eu tive uma audiência com ele recentemente, sei que existe algum gargalo, como em todos locais, e a gente sempre precisa melhorar a segurança pública, a saúde, a educação. O tanto que se investe é pouco. Porém, na cidade em que eu nasci, minha terra natal, minha querida Catalão, e região, o Comandante Coronel Silva disponibilizou 54 novos policiais efetivos, que não recebíamos há vários anos, e 30 novos policiais que vão atender a Pires do Rio, Urutaí, Ipameri, Catalão e toda a região ali próxima.

Então, o Comandante Silva tem nos atendido muito bem naquela região e tenho certeza de que tem atendido todo o Estado de Goiás.

É claro que, às vezes, precisamos atuar em algumas áreas específicas um pouco mais, puxa de um lado, melhora do outro, mas eu não tenho dúvida da competência do Coronel Silva, a quem defendo, respeito e agradeço pelo deferimento que teve, pois a minha primeira solicitação sobre os policiais ao Governador Marconi, antes mesmo de tomar posse, e o Governador Marconi falou vou conversar com o Comandante, e o Comandante nos atendeu e tem atendido todas as regiões que o procuram, que o solicitam, dialogam com ele, assim como foi lá.

Hoje, temos lá 80 policiais novos pelo menos, graças ao Comandante Silva e ao Governador Marconi, e que fique registrado o meu agradecimento.

O SR. SANTANA GOMES:- Mas, voltando, Deputado Adib Elias, ao debate da segurança, é importante, e o senhor imagina que hoje, na Federação, 26 Comandantes Gerais de Polícia Militar fazem por aclamação a eleição de um Presidente? Como nosso Comandante, ele é diferenciado, por dar exemplo.

Agora, segurança não é a goiana não. A segurança pública é nacional.

Rio Verde, o senhor sabe que é uma cidade fronteira, o senhor sabe que ali tem que ter um trabalho maior da sociedade, mas a Polícia Militar ali está atenta. O Comandante da Polícia Militar tem provado isso e é um Comandante que tem apoio das Associações, dos Praças, dos Soldados, que estão buscando fazer essa complementação. Esse homem merece o nosso respeito e o nosso respaldo.

E olhe, eu estou aqui hoje o defendendo porque isso para mim é motivo de orgulho. O meu Estado ter um Comandante-Geral que foi escolhido para ser Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais. Isso é motivo de orgulho. Talvez não seja para alguns goianos, mas para mim é.

Um homem que é filho de Praça, que tem uma história de carreira na Polícia Militar, fez a união a Polícia Militar. A nossa Polícia Militar, uma das melhores do País. E olha, o Comandante conseguiu aglutinar essa polícia.

O Governo Federal tentou denegrir a imagem dos nossos policiais jogando aqui aquela

Força Tarefa Nacional para prender policiais. Mas, graças a Deus... E olhe, o mais importante, aos nossos policiais, nós estamos dando resposta ao Governo Federal, ao povo goiano e à criminalidade! Só se for um policial por cada cidadão! Infelizmente, briga com a mulher, dá um tiro e a Polícia Militar tem culpa em que? É difícil, mas alguém aqui hoje, vale ressaltar que eu estou orgulhoso de ter hoje no meu Estado o representante da Federação em nível de Polícia Militar, se ele foi escolhido é porque é um homem preparado e está pronto. Porque, através do seu trabalho, eu tenho certeza de que o nosso Estado vai melhorar. Nós não podemos ter aqui o "quanto pior melhor". Aí, nós não somos goianos! Eu quero e vamos fazer um bom debate para Goiás e através dele é que nós vamos ganhar, tenho certeza absoluta!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: Com a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Major Araújo.

O SR. DEPUTADO MAJOR ARAÚJO: - Boa tarde, Senhor Presidente; Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

Não poderia, Senhor Presidente, deixar de vir a esta tribuna, além da discussão desse Projeto de também discutir o tema que finalmente aqui, neste ano, brota neste parlamento: Segurança Pública. Fico feliz, nobre Deputado José Nelto, que a Segurança Pública seja lembrada pela oposição inicialmente, mas que agora a própria situação venha se manifestar. Estava me preparando para fazer um pronunciamento, nobre Deputada Adriana Accorsi, a respeito da Segurança Pública em nosso Estado.

Particpei recentemente, juntamente com o nobre Deputado José Nelto e o nobre Deputado Paulo César Martins, em um evento lá em Quirinópolis. Nobre Deputado Santana, Quirinópolis, o senhor não esteve lá, registra simplesmente a maior taxa de homicídio nesses dois meses, segundo os critérios estabelecidos pela ONU para medir os índices de violência. A maior taxa de homicídios do mundo! Não é do Brasil não! Nem de Goiás, é do mundo! São mais de 100 homicídios por 100 mil habitantes, são 16 homicídios em dois meses; e se nós fizermos esse cálculo proporcional nós vamos chegar a mais de 100 homicídios a cada 100 mil habitantes! Dez homicídios, Deputado José Nelto, já caracterizam epidemia de violência.

Quirinópolis é da base do Governo,

Deputado Adib Elias. E de lá saímos já convidados para participar de um movimento que ocorreria, e não sei se vai ocorrer, talvez seja isso que tenha movido o Prefeito Juracir Martins a antecipar um movimento que está anunciado lá, com o Ministério Público, o Judiciário, com a sociedade organizada, com todas as entidades. E que compõem esse movimento especialmente aquelas ligadas à segurança pública ou as que mais necessitam, como as associações comerciais e industriais, que estão marcando também uma grande passeata, uma grande manifestação pública para exigir segurança. E não é a primeira vez que Rio Verde faz isso, na Legislatura passada também fizeram, os quatro anos que se passaram do governo anterior. Está no jornal, Deputado Adib Elias, uma das reivindicações do Prefeito Juracir Martins, aumento de efetivo.

Não temos mais efetivo em Goiás da Polícia Militar e nem da Polícia Civil. A doutora Adriana Accorsi dirigiu bem a Polícia Civil, e sabe disso. Falta estrutura.

Estamos vivendo, Senhores Deputados, de força-tarefa em força-tarefa... Força-tarefa para mim é indicativo de falência do sistema de segurança.

Dói muito ver que temos que fazer força-tarefa, por exemplo, Deputado Santana, para encontrar um serial killer que mandou bilhete para a polícia, solicitando à polícia que o prendesse. Ele disse que não era satisfeito com as mortes que fazia, ele mandou bilhetes, está nos jornais desta semana, mostrava o rosto para as câmeras, desejando ser preso para que parasse de matar, era uma única forma, é um doente. Ele queria parar de matar, e a polícia teve que fazer força-tarefa para encontrar esse elemento, prendê-lo e, graças a Deus, temos uma polícia competente que deu essa resposta.

Se há uma coisa com a qual eu concordo com os oradores que me antecederam é sobre a competência da Polícia Militar, é a capacidade de superação da Polícia Militar. Mas, está chegando a um ponto que nem essa capacidade fará tanta diferença.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS: - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAJOR ARAÚJO: - Concedo um aparte ao nobre Deputado Adib Elias.

O SR. DEPUTADO ADIB ELIAS: - Nobre Deputado Santana Gomes, concordo plenamente com Vossa

Excelência quando diz que uma das polícias militares e civis mais importantes do País é de Goiás. Mas, precisa ter um contingente maior, uma tecnologia aperfeiçoada, porque o grande problema da segurança é prender o assassino antes que o assassinato aconteça, isso é modernidade. Quando o Juraci reclama por falta de investimentos, ele está certo, pois há muito falam que vão fazer determinados investimentos e não fazem.

Agora, se tem alguém de quem tenho referências excepcionais é do Coronel Silvío. Mas, discordo plenamente de Vossa Excelência, pois não acho vantagem alguma ele ser Presidente da Associação de Comandantes das Polícias Militares do Brasil, isso vai retirá-lo daqui para reuniões, impedindo-o de exercer o trabalho dele, que é tão importante para o Estado de Goiás.

Gostaria de mostrar para a imprensa e para todos que nos acompanham e que têm a mania de falar que Deputados não trabalham, que a oposição não é importante, esse documento de arquivamento que recebi. Em 1999, entrei com um processo contra o superfaturamento na IQUEGO. Agora, chegou até mim um documento dizendo que os fatos narrados remontam ao ano de 1999, e que prescreveram. Entrei com isso em 1999, contra o superfaturamento, que era a coisa mais contundente que tinha. E, em 2014 pediram o arquivamento, porque estava prescrito. Só para nos defender, dizendo que nós trabalhamos, mas tem que se entender que todo mundo tem de trabalhar, senão, não faremos o nosso papel de fiscalizadores nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES: - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAJOR ARAÚJO: - Só um minuto, Deputado Santana. Preciso esclarecer o CNTG, Deputado, Conselho Nacional de Comandantes Gerais da PM é importante para qualquer comandante do Brasil, e o Coronel Silva não é o primeiro, o Coronel Edson também já foi Presidente. Parece-me que esse Conselho sofre um revezamento entre os comandantes. Isso é importante para os policiais militares, mas é uma entidade igual à outra qualquer, para defender os interesses corporativistas das instituições e pouco irá contribuir para o engrandecimento ou melhor desempenho da polícia goiana, vai depender mais dos interesses corporativistas.

Quero dizer, por último, antes de conceder

um aparte ao Senhor, que jornais disseram, não eu: "Goiânia registrou mais de 100 homicídios nos dois primeiros meses do ano, já bateu novo recorde, bateu os recordes dos anos anteriores e dos 16 anos que o Governador Marconi governa ou vai governar.

Em Anápolis, um casal foi queimado pelos traficantes, agora, recentemente. Está nos jornais. E aqui em Goiânia está nos jornais de hoje, Tribunal do Tráfico. Achei que estava vendo notícias do Rio de Janeiro e são de Goiás, Deputados. Olhem o que estamos tendo que engolir, que admitir, Tribunal do Tráfico em Goiás, que julgou e condenou à morte uma criança de 16 anos, das quais a polícia agora fez a apresentação. Parabéns de novo à Polícia Civil pelo belo trabalho prendendo esses marginais.

Concedo o tempo que resta ao Deputado Santana Gomes para um aparte.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES: - Agradeço a Vossa Excelência. Quero dizer que a questão da segurança, não é contingente da polícia militar, contingente da polícia civil, segurança é o todo, é a sociedade, é educação, é o todo. É claro, que a nossa gloriosa Polícia Militar está 24 horas...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE: - Terminada a discussão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado José Nelto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO: - Presidente, em nome da Bancada do PMDB, o Deputado Bruno Peixoto irá encaminhar o voto.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, para encaminhamento de voto, o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Senhor Presidente, ao cumprimentá-lo estendo a todos os pares, às galerias e também àqueles que nos acompanham através da "TV Assembléia".

Encaminharemos o voto da bancada favorável, atendendo inclusive ao pedido do Líder do Governo para essa votação.

Deputado José Nelto, fico extremamente preocupado, sim, preocupado com os meus filhos,

com os filhos de Vossa Excelência, preocupado com as famílias goianas, porque a segurança precisa, sim, ser chacoalhada no Estado de Goiás. A segurança pública precisa ser chacoalhada no País. É verdade, Deputado Major Araújo.

Agora, temos que exigir do Governo concurso público imediatamente, para, no mínimo, dobrarmos o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil. Está aqui a Delegada Deputada Adriana Accorsi, que tem o conhecimento, e vasto conhecimento na área de segurança pública, a exemplo do Major Araújo.

Deputada e Delegada Adriana Accorsi, tem como combater a criminalidade sem policiais? É impossível. Não adianta termos viaturas, não adianta termos belas sedes, nós precisamos de quantitativo. Evidentemente que o concurso irá selecionar os melhores.

Deputado José Vitti, fazemos a crítica, mas a crítica construtiva ao Governo. Estamos aqui transmitindo e orientando para o que o Governo possa fazer urgentemente um concurso para a Polícia Militar e a Polícia Civil, no mínimo, dobrando o efetivo. Fica aqui o registro da oposição.

Em relação ao pronunciamento do Deputado Manoel de Oliveira, quando colocou a importância de que seja cumprido o compromisso do Governador com a cidade de Goiânia na doação dos caminhões de lixo, Deputado Luis Cesar Bueno, liguei para o Ormando, Presidente da COMURG. Pasmem, todos os documentos solicitados pelo Governo para celebração do convênio foram enviados, o que não houve, Deputado Simeyzon Silveira, goianiense, que foi vereador, fomos juntos, o que não houve foi a celebração do contrato, porque o Governo não confeccionou o contrato para que fosse celebrado. A Prefeitura de Goiânia enviou os documentos e estamos aguardando até hoje, Deputado Major Araújo, que também foi Vereador desta Capital. Estamos aguardando a celebração do contrato.

Nós queremos o melhor para o Governo, mas esperamos que o Governo também queira o melhor para a administração da Capital. Deputado Simeyzon Silveira, espero que Vossa Excelência, juntamente com o Deputado Francisco Oliveira, que foi Vereador da Capital; Talles Barreto, que tem uma grande votação na Capital, que possa intensificar junto ao Governo para que celebre o convênio anunciado a todos os cantos para a doação dos caminhões coletores, até o momento não foi confeccionado o contrato. De acordo com

o Dr. Carlos Freitas, Procurador do Município de Goiânia, todos os documentos solicitados foram enviados, aguardando, evidentemente, a celebração do contrato.

Deputado Francisco Oliveira, estou encaminhando voto, não é permitido aparte.

Mas, finalizando, ficarei muito feliz em juntos convenceremos o Governo para a celebração.

Finalizando o tempo, nobre Deputado Simeyzon Silveira, fiquei atento ao pronunciamento de Vossa Excelência e da Deputada Isaura Lemos, temos que nos unir para uma reforma política verdadeira e séria, mas temos também que promover a reforma tributária, não aguentamos mais. Digo isso através da "TV Assembleia", todos que estão nos assistindo neste momento, a emissão do cupom fiscal nos postos de gasolina está escrito: imposto 64%, a carga tributária do combustível no País. É um absurdo! A população não suporta mais, vamos discutir uma reforma tributária justa para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão. Com a palavra, para o encaminhamento de voto, a nobre Deputada Delegada Adriana Accorsi.

A SRA. DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI:- Primeiramente, o encaminhamento de voto, o voto "Sim", a bancada petista votará e orienta os demais Deputados.

Gostaria apenas de comentar sobre o assunto da Segurança Pública, porque sou a Presidente da Comissão, primeiramente, reforçar o elogio do colega Santana ao Coronel Silvio, meu amigo pessoal, já trabalhamos juntos, e nós temos que reconhecer a sua dedicação e o seu esforço, apesar de todas as dificuldades em buscar proteger o nosso Estado e comandar os nossos companheiros da Polícia Militar. Então, reforço esse elogio.

Quero dizer também que há muitas ações a serem elogiadas na condução da Segurança Pública em Goiás nos últimos anos. E destaco duas grandes ações a primeira delas: a implantação do Centro Integrado de Vídeo Monitoramento. Um dos mais modernos do País e que integra todas as forças de segurança do Estado, Federais e Municipais, inclusive, a Guarda Civil Metropolitana foi convidada, pelo Secretário de Segurança e está lá.

E que foi implantada em Goiás, com apoio

do Governo Federal, a Secretária Nacional de Segurança Pública, apoiou mesmo não havendo a Copa do Mundo aqui, como aconteceu em outros Estados onde foi feita essa ação. Goiás foi contemplado com essa verba, e, juntamente com o Governo, implantou esse grande Centro, convido a todos para conhecer, um dos melhores do Brasil. Foi inaugurado, inclusive, com a presença do Ministro da Justiça Luis Eduardo Cardoso, em dezembro.

Também a Academia da Polícia Civil, que será inaugurada provavelmente no dia 11 de maio, que é uma das melhores da América Latina. Construída com apoio do Governo Federal, tenho honra de ter sido a chefe da polícia que conseguiu essa verba para nosso Estado, e, com o apoio também do Governador, nós conseguimos implantar. Serão todos convidados para inauguração, motivo de muito orgulho para nós.

Mas, nós temos muito a fazer, então, eu gostaria de pedir aos colegas não vamos só elogiar a questão da segurança. Nós temos que nos unir aqui para melhorar, 150% no aumento de assassinatos de mulheres em um ano só, 2014 em Goiás. Chamo a atenção dos colegas, preciso sim da nossa discussão, vamos elogiar o que merece elogio e vamos melhorar o que tem que melhorar. Melhorar as Delegacias da Mulher, criar o Juizado de atendimento da mulher em todo Estado. Falta muito sim a fazer e nós temos que fazer juntos.

Muito Obrigado.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Um aparte, para encaminhamento de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para encaminhamento de voto, o nobre Deputado Talles Barreto.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Em nome do PTB nós vamos encaminhar o voto da bancada favorável a esse projeto. Mas eu não poderia aqui deixar de dizer, primeiramente, parabenizar a nobre Deputada Adriana Accorsi pela colocação. Ela que tem uma experiência muito forte em Segurança Pública, com dedicação à Polícia Civil como Delegada, parabéns. A gente vê e sabe que o partido dos trabalhadores, a qual você pertence, muitas vezes aqui só tem críticas e críticas.

É bacana a gente vê um elogio, nobre Deputado Marluccio Pereira, em relação ao Centro de Monitoramento que está sendo buscado. Eu

estive lá também, nobre Deputada, e fiquei muito feliz em ver aquela estrutura. E, hoje, sendo uma referência de monitoramento do País. Eu tinha visto o do Rio de Janeiro, o Rio que, principalmente, é uma cidade turística, é uma cidade que sediará as Olimpíadas, a gente vê uma estrutura bem montada, e a gente fica feliz. A senhora pode ter certeza de que através dessa postura da senhora, também tudo que precisar aqui, que são importantes, ainda mais a conquista da mulher, vamos caminhar com Vossa Excelência. Parabéns pelo ponto de equilíbrio, parabéns pela pontuação, pode ter certeza de que o que for para ser melhorado, nós daqui, da base, falamos em nome também do Líder do Governo do Estado, vamos juntos com Vossa Excelência em qualquer projeto que tenha a importância de melhorar a Segurança Pública de Goiás.

Mas, eu queria responder aqui, na realidade, Senhor Presidente, ao Deputado Bruno Peixoto. Deputado Bruno Peixoto, vou explicar para Vossa Excelência. O ano passado, quando Goiânia era conhecida como uma das cidades mais sujas do Brasil, uma cidade que não funcionavam Cais, uma cidade que construíram um túnel lavajato, que não tem motivo de ser crítica, uma cidade onde as críticas administrativas ao PT, ao Prefeito Paulo Garcia estavam imensas, a cidade estava sendo considerada um lixo.

O Governador Marconi assim fez uma parceria com o Prefeito. Prefeito Paulo Garcia, Vossa Excelência pode, porque vou arrumar uns caminhões de lixo para o senhor, porque não está conseguindo limpar essa cidade, está muito difícil. E era um ano eleitoral. Vossa Excelência lembra, nós disputamos eleições em 2014. A justiça eleitoral não permite convênios noventa dias antes das eleições. Nós aqui buscamos, corremos, os convênios nossos, fomos atrás, buscamos, alguns conseguimos outros não, porque algumas prefeituras tiveram dificuldade em relação a suas certidões, mas as que estavam corretamente o convênio foi celebrado e cinco por cento foram depositados no prazo ideal.

Eu posso até confirmar com o Líder José Vitti, que estava aqui também, que tinha suas prefeituras. A Prefeitura de Goiânia, nesse período que o Governador ofereceu, que ainda tinha prazo para isso, não tinha documentação, não conseguiu obter a documentação correta para celebrar o convênio com o município de Goiânia para doação dos caminhões de lixo. Isso aconteceu e foi colocado por um Parlamentar aqui na Casa.

Então, é bom esclarecer que na realidade,

para variar, e aqui é muito claro, não temos nada contra o Prefeito Paulo Garcia, por sinal a pessoa de Paulo Garcia nós respeitamos. Eu conheci o irmão dele, sei da família, um homem de uma integridade impar, mas administrativamente é um péssimo prefeito. Goiânia nunca teve um Prefeito tão ruim como Paulo Garcia. Isso é fato. Nós, Prefeito Paulo Garcia, o Governo buscou, porque a gente andava na cidade de Goiânia, o Deputado Manoel de Oliveira falando hoje, só tinha buraco e têm ainda muitos buracos, a cidade estava suja, largada, abandonada.

Tiveram ainda algumas dificuldades, e quero ressaltar aqui, acho que o Ministério Público tem uma ação de improbidade em relação ao convênio com a empresa que fazia a limpeza de Goiânia, com erros em cima de erros. Isso é fato, Deputado Bruno Peixoto. Aconteceu.

O convênio não foi celebrado não por culpa do Governo de Goiás. O convênio não foi celebrado porque a Prefeitura foi incompetente em arrumar a documentação necessária.

Este ano, o Governo chamou para celebrar o convênio, mas você pode esperar, eu não sei se o Governador vai ter a mesma paciência que teve no ano passado. Mas até junho os convênios vão ser celebrados, aqueles mesmos que foram pagos 5%.

Então, fale para o Paulo Garcia ou para aquela pessoa que o senhor citou que é o responsável, deixe a documentação arrumadinha lá. E aqui eu peço a Vossa Excelência, fale com o Governador, vamos dar caminhão de lixo para eles, porque acho que precisa. É por Goiânia. Goiânia está acima da má administração do Paulo Garcia.

Por favor, meu líder, converse com o Governador e vamos ver se até julho temos a celebração dos convênios.

O SR. PRESIDENTE:- Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Pedi a palavra, pela ordem, Senhor Presidente, para solicitar verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE:- Solicito a liberação do painel eletrônico para que os Senhores Deputados

procedam à remarcação de suas presenças para verificação de quórum.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À REMARCAÇÃO DE SUAS PRESENÇAS NO PAINEL ELETRÔNICO PARA VERIFICAÇÃO E QUÓRUM)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o nobre Deputado Simeyson Silveira.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Senhor Presidente, apenas para registrar aqui a presença do ex Vereador de Goiânia, Milton Mercês, nosso amigo, está ali atentamente assistindo à Sessão hoje, e nós queremos cumprimentá-lo e dizer que está faltando quorum aqui e poderia votar no lugar do nobre Deputado Manoel de Oliveira, porque eles se parecem.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Senhor Presidente, como não temos quorum, peço que prossiga com o Regimento Interno para frente, chame o Grande Expediente que até as dezoito horas nós vamos fazendo um bom debate. Como não conseguimos quorum para aprovação, Vossa Excelência poderia convocar o Grande Expediente, e eu já gostaria de me inscrever para o mesmo.

O SR. PRESIDENTE: - Devido à falta de quorum, nobre Deputado, já foi acordado nesta Sessão, que esta será encerrada, convocaremos a Comissão Mista e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e depois retornaremos para o plenário.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Senhor Presidente, como não temos quorum aqui, não teremos lá. Mesmo que Vossa Excelência insista em não chamar o Grande Expediente, o debate vai acontecer. Porque quando for colocado o projeto em pauta nós vamos nos inscrever para fazer o debate político. Então, é melhor seguir o Regimento. Nós levamos tanto tempo aqui e o que diz o Regimento? Diz: cinco minutos para o Pequeno Expediente, vinte minutos para o Grande Expediente. O Grande Expediente é uma hora, então, se nós tivéssemos a partir das dezesseis horas fazendo o trabalho do debate político,

durante o expediente já teríamos encerrado e ido para as Comissões e não tinha havido tanta polêmica como agora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI:- Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o nobre Deputado Líder do Governo, José Vitti.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI:- Obrigado, Senhor Presidente.

Nós temos um pedido que foi feito logo após a Ordem do Dia, quando o tempo se esgotou, para que se convocasse a Comissão Mista e Constituição, Justiça e Redação, que foi aprovado em Plenário, solicito que mantivéssemos esse pedido. O que não quer dizer que por não termos quorum aqui no Grande Plenário que não poderíamos ter nas Comissões.

Gostaria de dizer também, nobre Deputado Luis Cesar e Deputados que compõem a bancada de oposição, que eu concordo plenamente que nós devemos ter o Grande Expediente. Eu sou um defensor do bom debate, agora, eu também gostaria de como nós fizemos ontem e anteontem, que pudéssemos, nobre Deputado José Nelto, esgotar a pauta de vetos da Casa, para que nós pudéssemos voltar a trabalhar de forma regimental com o Grande Expediente, o Pequeno Expediente e com a Apresentação de Matérias, sejam elas do Governo e principalmente que matérias apresentadas pelos Deputados aqui na Casa pudessem ser apreciadas.

Por isso, eu conclamo todos os Deputados do Parlamento a esgotarmos essa pauta de vetos e que nós pudéssemos dar o andamento com o Grande Expediente, com o bom debate, e também lá na Comissão Mista tenha a oportunidade de debatermos. Claro que, seguindo o Regimento, todos esses projetos, principalmente o último que debatemos, nenhum orador que subiu na tribuna soube defender sequer o projeto que estava sendo analisado, por isso, eu gostaria muito que todos entendessem e pudéssemos fazer uma força tarefa para esgotar esses vetos que estão paralisando a nossa pauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado José Nelto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO:- Senhor

Presidente, sabemos da responsabilidade do Líder do Governo, que tem o respeito da oposição, o Deputado José Vitti, mas a falta de quorum tem que deixar registrado aqui hoje. Somos dez Deputados da oposição e trinta e um Deputados do Governo, e não havendo quorum para deliberar essas matérias e outras matérias, a responsabilidade está com a bancada governista. Eu tenho falado, o Governador Marconi Perillo vai perder a paciência com o João Furtado. E até queria aproveitar o momento, já que o João Furtado no jornal "Diário", ele acusou o senhor José Taveira, que estou aqui fazendo a defesa do José Taveira, de ter feito lá um rombo de treze milhões no DETRAN, está aqui no jornal "Diário" de hoje.

Vou fazer uma sugestão, vamos convidá-los, João Furtado e José Taveira para que compareçam a esta Casa, e temos aqui a Delegada Deputada Adriana Accorsi, que já presidiu vários inquéritos e mandou muita gente para a cadeira.

Então, Deputada, Vossa Excelência poderá descobrir quem está falando a verdade.

Se o João Furtado ou se o Senhor José Taveira levou o dinheiro. Vossa Excelência vai presidir o inquérito aqui, saber quem é o culpado, remetê-lo para a justiça e achar o dinheiro de volta.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Deputado José Vitti, somos 20 Deputados, faltando apenas um para que possamos continuar a deliberar a matéria.

Senhor Presidente, tive o nome citado pelo Deputado Talles e tenho certeza de que a Prefeitura de Goiânia aceitará de bom grado os caminhões. Não acredito que o governo vá dar, mas esperamos, enquanto goianienses, que esses caminhões cheguem para ajudar a Prefeitura.

Hoje, na "TV Anhanguera", no jornal do "Meio Dia", todos aqueles que tiveram a oportunidade de assistir, vimos o caos que está na perimetral. Por quê? Concluiu a parte superior sem sinalizá-la e paralisou-se a obra sem concluir a parte inferior.

E todos estão perguntando quando a obra retornará. Quando a AGETOP retornará a obra? Essa pergunta foi feita pelo Procurador do

Ministério Público de Contas à AGETOP, via ofício. Quando irão retornar as obras do viaduto da Perimetral? Nós, goianienses, precisamos muito dessa obra. Quero parabenizar ao Governo pela iniciativa da obra, mas começar uma obra, no ano de eleição, e não concluí-la após o pleito é injusto para com o povo, inclusive, para as pessoas que votaram nele.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO MARLÚCIO PEREIRA: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Marlúcio Pereira.

O SR. DEPUTADO MARLÚCIO PEREIRA: - Senhor Presidente, ouvimos com bastante atenção os Deputados do PMDB e vemos esse pessoal falar sobre obras que começaram no final do ano e que, devido ao período chuvoso, está se esperando para terminá-las.

Gostaria que eles olhassem para suas próprias obras, por exemplo, o viaduto da Praça do Ratinho, há quanto tempo essa centrada, com visão, e acho que é por aí mesmo, se tiver certo aplaudimos, elogiamos, se estiver errado, temos de nos juntar, trocar ideias, procurar achar o melhor para nós, e não ficar torcendo pelo quanto pior, melhor. Quanto pior o Governo ficar, vamos ter condições de voltar para o Governo. Não vão voltar, estão esperando há 20 anos e não voltam.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Pela ordem, Senhor Presidente. Eu fui citado, Senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Os Senhores Deputados que aprovarem permaneçam como estão. Aprovado em 2ª discussão e votação. À Secretaria para extração de autógrafa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Eu fui citado, Senhor Presidente. É um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE: - Concedo a palavra ao nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Obrigado.

Deputado Marlúcio Pereira, quero lhe perguntar: no ano de 1994 tínhamos dezesseis mil policiais militares em Goiás. Dezesseis mil, Deputado Nédio Leite, Presidente em exercício, policiais militares em Goiás.

Hoje, Deputado José Nelto, depois de quase 20 anos, temos 11.500 policiais. A população cresceu 30% e o efetivo diminuiu em 40%. A matemática não fecha, Deputado Marlúcio Pereira. Não dá para defender o que é indefensável. São números. Explique para o povo de Aparecida e diga que a segurança está bem. Vá à praça pública de Aparecida e diga: "A segurança está bem, não precisamos de policiais na rua, o número é suficiente".

Deputado Marlúcio Pereira, não tape os olhos. Vossa Excelência tem chances de ser prefeito, mas temos de mostrar a realidade e dizer ao Governo: "Governador, faça concurso público para policiais, vamos dobrar o quantitativo". Aí, sim, começaremos a dar tranquilidade e dignidade ao povo goiano, que muitas vezes tem medo de ir à festa na esquina de sua casa. O povo está inseguro. Vamos pedir ao Governador, Deputado Marlúcio Pereira, mas não vamos tapar nossos olhos e dizer que no Governo atual a segurança está bem. Faltam policiais, sim.

O SR. PRESIDENTE:- Encerro a presente Sessão e convoco as Comissões Mistas, Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, e Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Logo após, retornamos para Sessões Extraordinárias.

Está encerrada a Sessão.

.....

**1º SESSÃO EXTRAORDINARIA
REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE
2015**

PRESIDENTE: Helio de Sousa.

COMPARECEU O SENHOR DEPUTADO: Helio de Sousa.

O SR. PRESIDENTE: - Por falta de quorum, deixo de abrir a Sessão, convocando outra, Ordinária, para terça-feira, no horário regimental.

.....

REQUERIMENTOS DO DIA 12.03.2015

N 410
Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Hélio

de Sousa, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Requerimento nº. 007/2015

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do artigo 140, § 1º, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer a Vossa Excelência encaminhamento de congratulações e reconhecimento aos Ilustríssimos Senhores Sub Tenente PM Rubens Ferreira da Silva, lotado na Assistência PM da ALEGO e ao CB PM Gilson Antônio Barbosa, lotado na 29º CIPM, por haverem empreendido todos os seus esforços, em momento de suas folgas, quando da prestação de socorros de emergência ao Senhor Júlio César Ribeiro, devidamente qualificado na ocorrência nº 10585780, o qual na data de 27/02/2015, às 19:30h, foi vítima de forte descarga elétrica (alta tensão).

Esses profissionais mesmos desobrigados de agirem, por não estarem em serviços, diante da informação de que um cidadão havia sofrido forte descarga elétrica e com isso caído de uma escada, não titubearam, e correram em direção à vítima, a qual encontrava-se sem sinais vitais, inconsciente, e tendo de imediato realizado respiração cardíaca e respiração boca a boca por cerca de 15 (quinze) minutos, até que essa vítima apresentasse pulsação cardíaca e fôlego.

Eis que somente após essas providências que o resgate do Corpo de Bombeiros chegou e deu sequência aos procedimentos encaminhando a vítima ao hospital.

A pronta ação desses Militares, sem dúvidas foi decisiva para que fosse dada nova chance de vida ao Senhor Júlio Cesar.

Ações como essa nos enche de orgulho, e deixa orgulhosa toda a sociedade goiana, porque seria mais cômodo aguardar a equipe de socorro, mas isso, fatalmente, resultaria no óbito da vítima. Portanto, graça aos Senhores, que agiram com presteza e desprendimento quando souberam do acidente, com devoção e com amor à vida de uma pessoa anônima e com abdicção se seus momentos de descansos e do convívio familiar, ainda com o entusiasmo, atributos de todos os bons policiais militares, a família do Senhor Júlio César continua a desfrutar de seu convívio.

Por tudo isso, transmitimos aos Senhores Sub Tenente PM Rubens Ferreira da Silva, lotado na Assistência PM da ALEGO e ao CB PM Gilson Antônio Barbosa, lotado na 29º CIPM nossos mais sinceros agradecimentos e congratulações por

seus atos de coragem e de bravura, eis que extrapolaram os limites das suas atribuições ordinárias, que, enfim, impôs-lhes um sacrifício, mas nem por isso os Senhores deixaram de agir em defesa de uma vida.

Isso posto, dada a importância da matéria, objeto do presente proposição, certamente merecerá dos ilustres Pares unânimes aprovação em REGIME DE URGÊNCIA E PREFERÊNCIA.

SALA DAS SESSÕES, em 11 de março de 2015.

Major Araújo
Deputado Estadual
Líder do PRP

N 411

Requerimento nº 44/15

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Jayme Eduardo Rincón, solicitando-lhe esforços necessários no sentido de autorizar a manutenção (patrolamento/cascalhamento) da GO 455 até o distrito de Colinaçu no município de Campinorte-GO, e a GO 239 até o município de Campinaçu-GO.

Considerando ser a proposta de relevante interesse público, espera-se a aprovação deste requerimento pelos nobres pares desta Casa.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015.

LINCOLN TEJOTA
Deputado Estadual
PSD

N 412

Requerimento nº 45/15

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Junior, para que interceda junto ao Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Jayme Eduardo Rincón, solicitando-lhe esforços necessários no sentido de autorizar a manutenção (patrolamento/

cascalhamento) da GO 455 até o distrito de Colinaçu no município de Campinorte-GO, e a GO 239 até o município de Campinaçu-GO.

Considerando ser a proposta de relevante interesse público, espera-se a aprovação deste requerimento pelos nobres pares desta Casa.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015.

LINCOLN TEJOTA
Deputado Estadual
PSD

N 413

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

A deputada que o presente subscreve na forma regimental e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência, determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor **MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR**, Governador do Estado de Goiás e ao Senhor **JAYME EDUARDO RINCÓN, Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP**, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia GO-429 que liga a Cidade de Goiás à Itapuranga. Solicitamos também o envio de cópia ao MPE (Ministério Público Estadual) para que tome conhecimento da situação.

JUSTIFICATIVA

O asfaltamento da Rodovia GO-429 é uma reivindicação da população goiana, dos municípios e dos líderes em geral, incluindo os produtores rurais e pecuaristas da região. O trecho entre a Cidade de Goiás e Itapuranga necessita extremamente da pavimentação, sem ela são muitos transtornos. Os ônibus tem muitas dificuldades de circulação, criando inúmeros transtornos para o transporte escolar das crianças e adolescentes. O escoamento da produção agrícola também está sendo prejudicado pela péssima condição que se encontra a estrada. O local concentra, ainda, os dois maiores produtores de leite da região.

De acordo com o Decreto nº 7.588/2012, à Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP compete, dentre outras atribuições, executar a política estadual de transportes e obras públicas, compreendendo a realização de obras civis e de obras de infraestrutura, tais como rodovias, ferrovias, aquedutos, aeroportos e aeródromos; elaborar projetos, construir, reconstruir, reformar, ampliar, pavimentar,

conservar, manter e restaurar rodovias, pontes e obras correlatas, bem como dirigir as atividades relacionadas com essas ações (art. 2º).

Ainda, segundo o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever do Estado assegurar o transporte escolar à criança e ao adolescente.

Sala das Sessões aos _____ de março de 2015.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

N 414

Requerimento nº 010/15.

Excelentíssimo Senhor Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado Júlio da Retífica que o presente requerimento subscreve, ouvido o plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, requer nos termos do Regimento Interno, que seja consignada nos anais desta Casa, “Moção de Aplausos” com votos de congratulações para o Senhor Comandante Geral da Polícia Militar Sílvio Benedito Alves. Requer ainda, que dessa “Moção” se dê Ciência à Homenagem em referência.

O Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, Coronel Sílvio Benedito Alves, foi eleito ontem presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais (CNCG) em evento ocorrido na Capital Paulista. Coronel Sílvio foi escolhido por aclamação pelos 26 comandantes-gerais de Policiais Militares e os 27 comandantes-gerais de Corpo de Bombeiros Militares de todo País.

Requer-se ainda, urgência e preferência na tramitação da matéria.

SALAS DA SESSÕES, EM _____ DE _____ DE 2015.

JÚLIO SÉRGIO DE MELO
Deputado Estadual Júlio da Retífica

N 415

Requerimento nº 010/15.

Excelentíssimo Senhor Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado Júlio da Retífica que o presente requerimento subscreve, ouvido o plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, requer nos termos do Regimento Interno, que seja consignada nos anais desta Casa, “Moção de Aplausos” com votos de congratulações para o Senhor Comandante Geral da Polícia Militar Sílvio Benedito Alves. Requer ainda, que dessa “Moção” se dê Ciência à Homenagem em referência.

O Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, Coronel Sílvio Benedito Alves, foi eleito ontem presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais (CNCG) em evento ocorrido na Capital Paulista. Coronel Sílvio foi escolhido por aclamação pelos 26 comandantes-gerais de Policiais Militares e os 27 comandantes-gerais de Corpo de Bombeiros Militares de todo País.

Requer-se ainda, urgência e preferência na tramitação da matéria.

SALAS DA SESSÕES, EM _____ DE _____ DE 2015.

JÚLIO SÉRGIO DE MELO
Deputado Estadual Júlio da Retífica

N 416

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado subscritor, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, Cultura e Esporte Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, solicitando-lhe estudos quanto à elaboração de um “mapeamento cultural” do Cerrado.

Considerando o vasto calendário de eventos e festas em vários muni-cípios goianos, justifica a presente iniciativa devido ao fato de que até o momento não foi realizado um mapeamento cultural em Goiás, sendo de fundamental impor-tância a sua realização para obter informações mais precisas e concretas, visando à elaboração de projetos e políticas culturais.

Ademais, espera o parlamentar que este subscreve, contar com a cos-tumeira atenção de Vossa Excelência, determinando, ao final, a integral adoção da presente matéria.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor **preferência** no acatamento deste requerimento, adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

SALA DAS SESSÕES, em ___ de ___ de 2015.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL
LÍDER DO PDT

N 417
REQUERIMENTO Nº 019 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB, **Sr. Washington dos Santos Ramalho**, solicitando providências quanto a operação tapa buracos e recuperação do meio fio, na Rua SR-04, Qd. 07 e nas demais ruas, do Setor Parque Santa Rita, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Esta é uma reivindicação dos moradores do bairro, tendo em vista que com a chegada da chuva os buracos ficarão maiores e irão ocasionar mais transtornos aos motoristas e motociclistas que trafegam no setor. E também é de grande importância a recuperação dos meios fios.

Solicito a aprovação dos ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 418
REQUERIMENTO Nº 020 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE

SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - SMT, **Sr. José Geraldo Fagundes Freire**, solicitando a revitalização da sinalização “PARE”, faixas de pedestres e quebra-molas, na Rua SR-04, Qd. 07 e em todas as ruas do Setor Parque Santa Rita, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que as ruas e avenidas estão com as sinalizações apagadas e os motoristas passam em alta velocidade, não respeitam e muitas vezes não enxergam as mesmas, ocorrendo com isso muitos acidentes, e os pedestres correm risco de vida ao atravessarem as ruas.

Solicito a aprovação dos Ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 419
REQUERIMENTO Nº 021 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB, **Sr. Washington dos Santos Ramalho**, solicitando providências quanto a recuperação do meio fio, na Av. Americano do Brasil, esquina com Av. Babaçu, Qd. 01 e nas demais ruas, do Setor Santa Rita, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Esta é uma reivindicação dos moradores do bairro, tendo em vista que a finalidade do meio fio é para evitar a danificação do asfalto e ajudar na construção das calçadas.

Solicito a aprovação dos ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 420
REQUERIMENTO Nº 022 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - SMT, **Sr. José Geraldo Fagundes Freire**, solicitando estudos de viabilização para a implantação de semáforo no viaduto do Parque Santa Rita com a BR-060, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que os motoristas passam em alta velocidade, não respeitam preferencial, ocorrendo com isso muitos acidentes, e os pedestres correm risco de vida ao tentarem atravessar.

Solicito a aprovação dos Ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 421
REQUERIMENTO Nº 023 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - SMT, **Sr. José Geraldo Fagundes Freire**, solicitando a revitalização da sinalização

“PARE” no viaduto do Parque Santa Rita com a BR-060, saída para Guapó, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que as sinalizações estão apagadas dificultando para os motoristas e pedestres, podendo com isso ocorrer acidentes e atropelamentos.

Solicito a aprovação dos Ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2014.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 422
REQUERIMENTO Nº 024 DE 12 DE MARÇO DE 2015
Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - SMT, **Sr. José Geraldo Fagundes Freire**, solicitando a revitalização da sinalização “PARE” na Avenida Carnaúba em frente a passarela da BR-060, no Parque Santa Rita, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que a sinalização está apagada e os motoristas passam em alta velocidade, não respeitando os pedestres, que correm risco de vida ao atravessarem a avenida e também acontecem muitos acidentes.

Solicito a aprovação dos Ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 423
REQUERIMENTO Nº 025 DE 12 DE MARÇO DE

2015

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HÉLIO DE SOUS Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB, **Sr. Washington dos Santos Ramalho**, solicitando providências quanto a reposição de tampa de bueiro na Av. Carnaúba em frente a passarela da BR-060, no Parque Santa Rita, Região Sudoeste de nossa capital.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que a falta de tampa no bueiro, com a chegada da chuvas pode ocasionar perigo de acidentes tanto para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres que trafegam nessa via.

Solicito a aprovação dos ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 424

REQUERIMENTO Nº 026 DE 12 DE MARÇO DE 2015

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado HELIO DE SOUSA Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

A Deputada que o presente subscreve requer a Vossa Excelência, com base no regimento desta Casa de Leis e após a aprovação do Plenário, que seja encaminhado ofício ao Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, **Sr. Jayme Eduardo Rincon**, solicitando providências quanto a recuperação da Rodovia GO-020 no trecho até o Distrito de Roselândia.

Justificativa

Tal solicitação se deve ao fato de que o referido trecho está precisando ser recuperado e os motoristas estão reclamando das péssimas condições do mesmo.

Solicito a aprovação dos Ilustres pares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em ___ de ___ de 2015.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

N 425

REQUERIMENTO Nº 17/2015

Requer o encaminhamento de manifestação de congratulação que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que subscreve este requerimento, com fulcro regimental no inciso II, do §1º, do art. 140 da Resolução nº 1.218/07, requer a Vossa Excelência o encaminhamento de manifestação de congratulação ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, Coronel Silvio Benedito Alves pela eleição de presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais – CNCG.

Cumpramos observar que a eleição se deu por unanimidade dos votos e por aclamação daquele colegiado, composto por todos os comandantes gerais das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal, se perfazendo um destaque importante para o comando geral da polícia militar de nosso estado.

Sendo assim, solicito o apoio de meus nobres pares desta soberana Casa de Leis para a aprovação deste Requerimento e conseqüente envio do manifesto de congratulação Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, Coronel Silvio Benedito Alves.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, aos 19 de março de 2015.

VIRMONDES CRUVINEL
Deputado Estadual - PSD

N 426

REQUERIMENTO Nº 0011 /2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que subscreve, nos termos regimentais e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador

do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, solicitando-lhe **a construção de uma ponte sobre o rio dos bois no município de Montes Claros - GO**. A ponte localiza-se dentro do município, e é de grande importância para escoamento de produtos agrícolas e agropecuários produzidos na região. Informamos que já existe uma ponte de madeira em péssimas condições colocando em risco a vida dos usuários da mesma.

Assim, espera-se que o pedido seja atendido, pois o referido benefício é sinônimo de crescimento e bem estar de todos que necessitam se deslocar de um lado para o outro do município.

Pela ocasião do presente requerimento, aguarda o autor, o acolhimento do pedido e a aprovação unânime dos nobres pares.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2015.

MARQUINHO PALMERSTON
Deputado Estadual
2º Secretário

N 427
REQUERIMENTO Nº 0010/2015
Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que subscreve, nos termos regimentais e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, solicitando-lhe **uma ambulância para o povoado de Cereazu, município de Nova Glória - GO**. O veículo será de grande importância para a população do referido povoado, tendo em vista que cerca de metade dos habitantes do distrito estão com idade superior a cinquenta anos, sendo constantemente necessário o traslado para o posto de atendimento médico em outras localidades.

Assim, espera-se que o pedido seja atendido, pois o referido benefício é sinônimo de conforto a esta região nos momentos intempestivos das doenças e até mesmo acidente.

Pela ocasião do presente requerimento, aguarda o autor, o acolhimento do pedido e a aprovação unânime dos nobres pares.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2015.

MARQUINHO PALMERSTON
Deputado Estadual
2º Secretário

N 428
REQUERIMENTO Nº 0009/2015
Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que subscreve, nos termos regimentais e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, com copia para a CELG solicitando-lhe o início das obras de implantação da rede de energia elétrica no Bairro Comendador Manoel Antônio Dias no Município de Porteirão - GO. O bairro possui cerca de 500 lotes que foram destinados para construção de moradias as famílias de baixa renda, do referido município.

Assim, espera-se que o pedido seja atendido, pois o referido benefício é sinônimo de crescimento, bem estar e qualidade de vida para as famílias beneficiadas.

Pela ocasião do presente requerimento, aguarda o autor, o acolhimento do pedido e a aprovação unânime dos nobres pares.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2015.

MARQUINHO PALMERSTON
Deputado Estadual
2º Secretário

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Declara de utilidade pública a Sociedade Araguaia pelo Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança e Turismo, situada no município de Aragarças.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual decreta e ou sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. É declarada de utilidade pública a Sociedade Araguaia pelo Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança e Turismo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) SOB O Nº 02.082.293/0002-00, situada na Rua Salomão Pereira da Silva, 701. Setor José Bispo, Aragarças-GO, CEP.: 76.240-000.

Artigo. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES, em ___ de ___ de 2015

**Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual**

Justificativa

Justificamos a presente iniciativa legislativa informando que a Sociedade Araguaia pelo Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança e Turismo – **SADHLOESTUR** fundada em 23 de setembro de 1995.

A **SADHLOESTUR** possui abrangência nacional – conforme o disposto em seu Estatuto. Atualmente possui foro jurídico em Barra do Garças – MT, com filial em Goiás. Trata-se de uma organização civil, multisetorial, de direito privado, de utilidade e interesses públicos e fins não econômicos, de caráter informativo, mobilizador, educativo, desportivo, turístico e assistencial.

A sociedade contribui para o sadio desenvolvimento bio-psíquico-social de seus membros e da sociedade, por meio da promoção de intercâmbio com instituições afins em âmbito local, estadual, nacional e global e, no desenvolvimento de suas atividades nas áreas do Meio Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança, Turismo e Habitação, com abrangência na hidrografia do Araguaia, nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Distrito Federal.

Registramos, por oportuno, que dentre as missões de **SADHLOESTUR** está a atuação como centro de referência de direitos humanos, na defesa e promoção do respeito, diversidade humana e natural, através de ações mobilizadoras, informativas, educacionais, pró-ativas proporcionando melhor qualidade de vida para a sociedade.

Incentivada pela ação da auto reflexão cultiva a solidariedade, a Sociedade, por meio da valorização do voluntariado e do respeito, observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e em suas atividades, também constam do rol de objetivos a serem alcançados.

Assim, por todo exposto, e por atender as exigências legais que requer a declaração da utilidade Pública Sociedade Araguaia pelo Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança e Turismo Sociedade Araguaia pelo Ambiente, Cultura, Desporto, Diversidade, Direitos Humanos, Livre Orientação e Expressão Sexual, Saúde, Segurança e Turismo é que conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importantíssimo projeto de lei.

SALA DE SESSÕES, em ___ de ___ de 2015.

**Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual**

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Concede título de cidadania que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido a TAI HSUAN-AN o Título Honorífico de Cidadão Goiano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2015.

**ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB**

JUSTIFICATIVA

O presente projeto se justifica diante do fato de que o agraciado, natural da China, já prestou relevantes serviços ao Brasil e ao Estado de Goiás.

Conhecido principalmente por suas atividades como artista plástico, TAI HSUAN-AN,

nascido em 1950, também é designer e arquiteto. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1976) e mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás (1999). Atualmente é Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Mudou-se para o Brasil em 1965, quando ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Formou-se Arquiteto em 1976 e em 1977 mudou-se para Goiás, ingressando no corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Goiás (atual Escola Edgar Graeff).

TAI adere ao hiper-realismo, mesclando o orientalismo com temas tipicamente brasileiros. É famoso por suas aves, tendo sido convidado para representar aves brasileiras em livros de zoologia. Em 1993, ganhou o Prêmio Margaret Mee - Concurso Nacional da Pintura Botânica por suas representações botânicas. Foi responsável pelo logotipo da antiga Caixaço, painéis em Palmas e em Goiânia.

No Brasil, é um dos poucos especialistas na área da Biônica aplicada ao design e arquitetura.

É autor dos livros:

Desenho e Organização Bi e Tridimensional da Forma. Goiânia-GO: Editora da PUC-GO, 2011;

As anotações sobre pintura do Monge Abóbora-Amarga. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2010;

Ideogramas e a Cultura Chinesa. São Paulo-SP: Editora É Realizações, 2006;

Sementes do Cerrado e Design Contemporâneo. Goiânia-GO: Editora da UCG;

Desenho e Organização Bi e Tridimensional da Forma. Goiânia-GO: Editora da UCG, 1997.

TAI escolheu Goiás para viver. Desde então, contribui expressivamente com o fortalecimento do campo artístico e intelectual de nosso Estado. Assim sendo, além de atender os requisitos insculpidos na Resolução n. 188, de 20 de agosto de 1971, este projeto é um justo e oportuno reconhecimento a um cidadão que prestou relevantes serviços ao Brasil e ao Estado de Goiás.

ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO Nº 1.494, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Altera as Resoluções nº 1.007, de 20 de abril de 1999, e nº 1.073, de 10 de outubro de 2001, nas partes que especifica e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 11, XV, da Constituição Estadual, aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- “Art. 1º
- III.....
- 1.....
- 1.1.
- 1.2.
- 1.2.1.
- 1.3
- 1.4.
- 1.5. Escola do Legislativo
- 1.5.1. Conselho Gestor
- 1.5.2. Conselho Escolar
- 1.5.3. Presidência
- 1.5.4. Diretoria
- 1.5.4.1. Seção Pedagógica
- 1.5.4.2. Seção Administrativa
- 1.5.4.3. Seção de Projetos Especiais
- 1.6. Assessoria de Cerimonial
2.
- 2.1.
- 2.2.
- 2.3.....
- 2.4.....
- 2.5. Seção de Controle Externo
3. Diretoria-Geral
- 3.1. Secretaria
- 3.2. Assessoria da Diretoria-Geral
- 3.2.1. Seção de Apoio Administrativo
- 3.2.2. Seção de Redação e Publicação
- 3.3. Comissão Permanente de Licitação

3.4. Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais

3.4.1. Secretaria

3.5. Seção de Folha de Pagamento

4. Controle Interno

4.1. Secretaria

5. Revogado

5.1. Revogado

6. Revogado

6.1. Revogado

7. Revogado

7.1. Revogado

7.2. Revogado

7.2.1. Revogado

7.2.2. Revogado

7.3. Revogado

7.4. Revogado

7.4.1. Revogado

IV -

V -

1. Diretoria Administrativa

1.1. Secretaria

1.2. Divisão Administrativa

1.2.1. Seção de Protocolo e Arquivo

1.2.2. Seção de Patrimônio e Material

1.2.3. Seção de Manutenção e Limpeza

1.2.4. Seção de Transporte

1.2.5. Seção de Ambientação, Projetos e Obras

1.3. Revogado

1.3.1. Revogado

1.3.2. Revogado

1.3.3. Revogado

1.3.4. Revogado

1.3.5. Revogado

2. Diretoria Financeira

2.1. Secretaria

2.2. Divisão de Apoio Financeiro

2.2.1. Seção de Planejamento e Orçamento

2.2.2. Seção de Contabilidade

2.2.3. Revogado

2.2.4. Revogado

2.2.5. Revogado

2.2.6. Revogado

3. Diretoria de Comunicação Social

3.1. Secretaria

3.2. Divisão de Comunicação Social

3.2.1. Agência Assembleia de Notícias

3.2.2. Seção de Televisão e Rádio

3.2.3. Seção de Atividades Culturais

3.2.4. Seção de Design Gráfico

4. Diretoria de Planejamento Estratégico e Qualidade

4.1. Secretaria

4.2. Divisão de Gestão de Processos e Planejamento

4.2.1. Revogado

4.2.2. Revogado

4.2.3. Revogado

4.2.4. Revogado

4.2.5. Revogado

4.3. Divisão de Economia, Pesquisa e Estatística

5. Diretoria de Assuntos Institucionais

5.1. Secretaria

5.2. Revogado

5.2.1. Revogado

5.2.2. Revogado

5.3. Revogado

5.3.1. Revogado

5.3.2. Revogado

6. Diretoria de Articulação Política

6.1. Secretaria

6.2. Revogado

6.3. Revogado

7. Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência

7.1. Secretaria

8. Secretaria de Recursos Humanos

8.1. Secretaria

8.2. Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

8.2.1. Seção de Avaliação

8.2.2. Seção de Registro e Cadastro

8.3. Divisão de Saúde e Promoção Social

8.3.1. Seção de Serviços Médicos

8.3.2. Seção de Serviços Odontológicos

8.3.3. Seção de Serviços Laboratoriais

8.3.4. Seção de Serviços Sociais

8.3.5. Seção de Serviços Especiais de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho

9. Secretaria de Tecnologia da Informação

9.1. Secretaria

9.2. Divisão de Infraestrutura

9.2.1. Seção de Suporte ao Usuário

9.2.2. Seção de Segurança da Informação

9.3. Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informações

9.3.1. Seção de Administração de Dados

9.3.2. Seção de Programação Web

10. Secretaria de Polícia Legislativa

10.1. Divisão de Policiamento, Informações e Controle Operacional.” (NR)

“Art. 10-A. Ao Controle Interno, subordinado à Presidência da Mesa Diretora, responsável pelo sistema de controle interno do Poder Legislativo Estadual, compete exercer as funções de controle e auditoria contábil, financeira, patrimonial e operacional no âmbito da Assembleia Legislativa, e especialmente:

§ 1º

§ 2º

§ 3º Para o exercício das competências do Controle Interno, poderá o Chefe do Controle Interno requisitar formalmente, a quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa, informações, documentos e processos, que deverão ser fornecidos no prazo estabelecido na requisição.

§ 4º À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Chefe do Controle Interno.” (NR)

“Art. 10-B. À Assessoria de Cerimonial compete:

I - desenvolver ações voltadas à preservação da imagem institucional da Assembleia Legislativa;

II - supervisionar a execução do processo de relações públicas junto ao público interno e externo;

III - manter um cadastro atualizado das autoridades dos três Poderes, tanto no âmbito local como no federal, para atendimento aos parlamentares;

IV - manter cadastro atualizado dos parlamentares para atendimento à imprensa e ao público em geral;

V - acompanhar, selecionar e classificar o noticiário referente a assuntos de interesse dos parlamentares e da Assembleia Legislativa;

VI - planejar, coordenar e supervisionar, de acordo com a orientação da Mesa Diretora, recepções, solenidades, comemorações internas e externas;

VII - orientar os parlamentares e as autoridades quanto ao protocolo a ser seguido de acordo com o tipo de evento ou solenidade existente;

VIII - manter interação com entidades e

órgãos dos Poderes Públicos federais e estaduais quando assim se fizer necessário; IX - zelar pela ambientação, à Assembleia Legislativa, dos novos parlamentares e suplentes que assumam mandato.” (NR)

Parágrafo único. Revogado

Art. 10-C. Revogado

Parágrafo único. Revogado

Art. 10-D. Revogado

Parágrafo único. Revogado

“Art. 11.

Parágrafo único. Revogado

§ 6º

X - auxiliar e supervisionar o gestor no acompanhamento dos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres firmados pela Assembleia Legislativa, enviando relatórios circunstanciados ao Diretor-Geral;

§ 14. À Secretaria da Coordenadoria de Contratos Convênios e Projetos Institucionais compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhes forem determinados pelo Coordenador de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais.

§ 15. À Seção de Folha de Pagamento compete:

I - manter registros das averbações e classificações dos descontos e consignações;

II - organizar processo de expedientes relativo à concessão de direitos, vantagens e benefícios;

III - instituir processo de ressarcimento de despesas com servidores requisitados;

IV - emitir contracheques e guias de recolhimento;

V - trazer sempre atualizada a ficha financeira;

VI - elaborar os cálculos dos vencimentos, rescisões, subsídios, salário, aposentadorias, gratificações, abonos e outras vantagens funcionais;

VII - elaborar, digitar, conferir o resumo das folhas de pagamento, relativas a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas;

VIII - averbar, nas fichas financeiras, empréstimos em consignação, seguros e pecúlios;

IX - calcular o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária;

X - elaborar e encaminhar à Delegacia da Receita Federal a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);

XI - elaborar, conferir e encaminhar as guias de recolhimento de todos os descontos efetuados nas fichas de pagamento do pessoal;

XII - fazer cálculos, preenchimento e recolhimento das guias do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do IAPAS, PASEP e outras obrigações trabalhistas.” (NR)

Art. 13-A. Revogado

“Art. 14.....

§ 6º Revogado

§ 9º À Seção de Ambientação, Projetos e Obras compete:

I - realizar projetos de reforma, adequação e ampliação;

II - acompanhar e fiscalizar a execução de obras de interesse da Assembleia Legislativa;

III - especificar materiais;

IV - realizar projetos de arquitetura de interiores-layout, ambientação, iluminação, etc;

V - realizar projetos de paisagismo;

VI - realizar os serviços de programação visual.” (NR)

Art. 15.....

§ 4º Revogado

Art. 15-A.

§ 5º Revogado

“Art. 15-B. À Diretoria de Planejamento Estratégico e Qualidade compete:

I - propor o planejamento estratégico da Assembleia Legislativa;

II - promover a otimização de processos;

III - gerenciar processos visando maior eficiência, economia e transparência nos serviços prestados pela Assembleia Legislativa;

IV - conjugar esforços, habilidades, ferramentas e técnicas para o desenvolvimento de processos e elaboração do planejamento estratégico;

V - identificar necessidades e estabelecer objetivos para otimização de tempo, recursos e custos envolvidos nas atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa;

VI - analisar e mapear os processos organizacionais da Assembleia Legislativa;

VII - eliminar atividades redundantes visando o aumento da produtividade;

VIII - incentivar o desenvolvimento de inovações tecnológicas e de procedimentos visando a eficiência dos serviços prestados pela Assembleia Legislativa;

IX - apreciar previamente as solicitações de aquisições de bens e serviços cujos valores sejam superiores a 30 (trinta) salários mínimos.

§ 1º À Secretaria compete providenciar o expediente e executar serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Diretor de Planejamento Estratégico e Qualidade.

§ 2º À Divisão de Gestão de Processos e Planejamento compete:

I - gerenciar os projetos corporativos, buscando a convergência com os objetivos delineados no planejamento estratégico, coordenando e monitorando os níveis estratégico, tático e operacional;

II - manter e difundir metodologias para gerenciamento de projetos e processos, incluindo o uso de documentos e procedimentos padronizados para o registro do conhecimento institucional;

III - assessorar a Diretoria-Geral nas decisões acerca da priorização dos projetos estratégicos, incluindo a escolha de ferramentas para o gerenciamento dos projetos e dos seus respectivos indicadores;

IV - fornecer, aos proponentes de projetos, suporte para a elaboração de propostas de projetos;

V - orientar os proponentes de projetos na condução de todas as etapas do projeto;

VI - medir o desempenho na execução dos projetos e divulgar informações sobre os projetos em andamento para os públicos interno e externo;

VII - gerenciar continuamente a arquitetura de processos organizacionais da Assembleia Legislativa mediante a identificação, a análise, a melhoria, o registro e a publicação dos processos de trabalho;

VIII - apoiar e orientar os gestores das unidades da Assembleia Legislativa no acompanhamento, avaliação e melhoria contínua dos fluxos de trabalho;

IX - promover a adoção de práticas uniformes, controles, auditorias e indicadores de desempenho dos processos organizacionais, visando garantir ganhos de eficiência e qualidade;

X - realizar a interlocução entre as unidades envolvidas nos processos organizacionais, buscando uma integração dos processos e projetos;

XI - difundir as melhores práticas para a gestão de processos e projetos no âmbito dos processos organizacionais do Poder Legislativo;

XII - atuar na elaboração e no desenvolvimento de estratégias para a execução da política da qualidade da Assembleia Legislativa;

XIII - promover permanentemente o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas unidades, mediante a utilização constante do ciclo de melhoria contínua;

XIV - manter o sistema de gestão da qualidade, estabelecendo critérios para a definição de padrões e parâmetros de qualidade que envolva a gestão de processos, projetos e indicadores e metas institucionais;

XV - promover junto às unidades a adoção de indicadores de qualidade, bem como ações operacionais visando melhorar esses indicadores;

XVI - articular-se com as unidades, visando conhecer as suas excelências e carências funcionais, objetivando melhoria contínua dos indicadores de qualidade.

§ 3º À Divisão de Economia, Pesquisa e Estatística compete:

I - realizar levantamentos estatísticos diversos;

II - executar pesquisas e diagnósticos e promover a atualização permanente de dados indispensáveis ao gerenciamento das informações de interesse da Assembleia Legislativa;

III - emitir relatórios acerca das atividades da Gerência de Planejamento Estratégico e Qualidade e sobre os levantamentos efetuados pelos diversos setores da Assembleia Legislativa, com finalidade de subsidiar a elaboração de trabalhos técnicos;

IV - formular estudos necessários à

implementação, ao acompanhamento e à revisão do planejamento estratégico da Assembleia Legislativa;

V - elaborar indicadores de desempenho para avaliação dos processos de inovação, qualidade e planejamento estratégico;

VI - manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações econômicas, estatísticas e atuariais acerca de assuntos de interesse da Assembleia Legislativa;

VII - propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo à realização de atividades de pesquisa e estatística;

VIII - fornecer dados e informações econômicas e financeiras com vistas a auxiliar a elaboração do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual referente à Assembleia Legislativa;

IX - acompanhar a execução orçamentária referente à Assembleia Legislativa, zelando pela correta aplicação dos recursos conforme determinado no planejamento estratégico;

X - propor as correções necessárias à execução orçamentária visando adequá-la ao planejamento estratégico proposto;

XI - realizar cotações e orçamentos de bens e serviços em procedimentos de aquisições e contratações;

XII - elaborar projeto básico ou termo de referência para aquisições de bens e serviços." (NR)

Art. 15-C. Revogado

Art. 15-D. Revogado

"Art. 15-E. À Diretoria de Assuntos Institucionais compete:

I - coordenar as relações institucionais com entidades representativas da sociedade civil;

II - desenvolver políticas de valorização do Poder Legislativo Estadual;

III - sugerir programas e projetos de modernização da Assembleia Legislativa;

IV - assessorar a Diretoria-Geral e a Presidência em assuntos de interesses institucionais;

V - implementar o Projeto de Integração, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo, instituído pela Resolução nº 1.256, de 2 de dezembro de 2008, e outros que vierem a ser criados pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

VI - preparar cronogramas, formas de

execução e metodologias para a efetivação dos projetos especiais da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

VII - requisitar recursos humanos, instrumentos e materiais de consumo necessários para o desempenho de suas funções;

VIII - relatar ao Diretor-Geral, de forma detalhada, os projetos e atividades de responsabilidade da Secretaria para Assuntos Institucionais.

Parágrafo único. À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Secretário para Assuntos Institucionais.” (NR)

“Art. 15-F. À Diretoria de Articulação Política compete:

I - coordenar as relações institucionais, no contexto político, com órgãos públicos municipais, estaduais e federais;

II - assessorar a Diretoria-Geral e a Presidência em missões de representação junto a outras instituições.

Parágrafo único. À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Diretor de Articulação Política.” (NR)

“Art. 15-G. À Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência compete:

I - coordenar a equipe de jornalistas que cobrem as atividades da Presidência;

II - produzir fotografias e textos informativos da Presidência a serem enviados aos veículos de comunicação do Estado de Goiás e de outras Unidades da Federação;

III - auxiliar ao Presidente na redação de discursos, artigos, prefácios e outros textos de caráter jornalístico ou não;

IV - acompanhar e assessorar, quando solicitado, o Presidente em entrevistas e outros eventos;

V - prestar, por ordem da Presidência, as informações requeridas pelos veículos de comunicação, por outros órgãos públicos ou por entidades privadas acerca de assuntos institucionais do Poder Legislativo Estadual;

VI - assistir ao Presidente, demais membros da Mesa Diretora e ao Diretor-Geral em assuntos correlatos.

Parágrafo único. À Secretaria compete

providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Diretor de Informação e Divulgação da Presidência.” (NR)

“Art. 15-H. À Secretaria de Recursos Humanos, subordinada à Diretoria-Geral, compete:

I - planejar, dirigir e controlar as atividades de recursos humanos;

II - elaborar programas permanentes de treinamento, desenvolvimento e avaliação para o servidor dos quadros da Assembleia Legislativa e participar das ações para a efetivação e o fortalecimento da Escola do Legislativo;

III - elaborar a política de recursos humanos em conjunto com outros órgãos da Assembleia Legislativa e com as entidades representativas dos servidores;

IV - coordenar a realização de concurso público para o preenchimento de vagas no quadro permanente da Assembleia Legislativa;

V - assessorar a Mesa Diretora em assuntos relativos a recursos humanos;

VI - opinar conclusivamente sobre pedido para justificar falta do servidor ao serviço;

VII - propor a distribuição dos servidores pelos vários serviços da Secretaria-Geral e do Plenário;

VIII - administrar as ações nas áreas social e de saúde do servidor com enfoque no binômio saúde-doença;

IX - desenvolver programas que visem melhorar o ambiente de serviço, com ações pautadas sobretudo na identificação de riscos, danos, necessidades e condições de vida e de serviço que possam provocar o aparecimento de doença profissional.

§ 1º À Secretaria compete providenciar o expediente, a representação social e as audiências do Diretor de Recursos Humanos e executar serviços auxiliares que lhe forem, por este, determinados.

§ 2º À Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos compete:

I - planejar, desenvolver e coordenar projetos, programas e planos voltados às ações de Recursos Humanos;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades referentes à seleção, treinamento, capacitação, cargos e vencimentos e avaliação de desempenho;

III - desenvolver programas de capacitação do servidor;

IV - prestar assessoramento aos demais órgãos administrativos no processo de avaliação e evolução funcional;

V - instruir processos relativos ao desenvolvimento na carreira;

VI - supervisionar a realização de concurso público para o preenchimento de vagas no Quadro Permanente da Assembleia Legislativa;

VII - elaborar, coordenar, implantar e controlar a execução de projetos relativos a cadastro e registro de pessoal;

VIII - coordenar a implantação e o aperfeiçoamento do Plano de Cargos e Vencimentos;

IX - realizar estudos sobre criação, classificação, alteração e extinção de cargos para os adequar às necessidades que surgirem;

X - avaliar, anualmente, a situação de recursos humanos existente, propondo, quando for o caso, a realização de concurso e a relocação de pessoal.

§ 3º À Seção de Avaliação compete:

I - propor metodologia de avaliação de desempenho que permita a permanente adequação funcional do servidor;

II - colaborar no processo de avaliação de desempenho do servidor;

III - identificar os casos de desvio de função e propor a regularização funcional.

§ 4º À Seção de Registro e Cadastro compete:

I - supervisionar e apurar a frequência do servidor;

II - organizar e manter atualizados os assentamentos do servidor e do pessoal de gabinete parlamentar;

III - informar os processos enviados pela Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

IV - fornecer certidão de tempo de serviço;

V - proceder à contagem de tempo de serviço, à vista dos dados constantes do assentamento do servidor, para a concessão de licença-prêmio, de aposentadoria, para os demais efeitos legais, bem como, para a concessão, automática, de gratificação adicional por tempo de serviço;

VI - controlar a concessão de férias regulamentares, gratificação adicional por tempo de serviço, licença-prêmio,

aposentadoria e demais direitos do servidor;

VII - registrar e controlar as ocorrências de qualquer natureza, envolvendo o pessoal lotado na Assembleia Legislativa;

VIII - propor métodos de racionalização de procedimentos, considerando os recursos tecnológicos existentes, com vistas ao aprimoramento permanente do sistema de registro e cadastro de pessoal.

§ 5º À Divisão de Saúde e Promoção Social compete planejar, coordenar, controlar e executar os serviços de assistência médica, odontológica, laboratorial e de assistência social a parlamentar e a servidor da Assembleia Legislativa, bem como a seus dependentes, ainda, a ex-parlamentar.

§ 6º À Seção de Serviços Médicos compete:

I - prestar atendimento médico ambulatorial;

II - emitir parecer, quando solicitado, nos processos de licença para tratamento de saúde e de aposentadoria, por invalidez, do servidor;

III - fornecer laudo médico ao parlamentar nos casos previstos pelo Regimento Interno;

IV - propor e executar programas e campanhas de prevenção de doenças.

§ 7º À Seção de Serviços Odontológicos compete:

I - prestar atendimento odontológico ambulatorial;

II - propor e executar programas e campanhas educativos e de prevenção de doença bucal.

§ 8º À Seção de Serviços Laboratoriais compete:

I - realizar os exames laboratoriais solicitados;

II - participar de programas e de campanhas de prevenção de doenças.

§ 9º À Seção de Serviços Sociais compete:

I - prestar assistência social ao servidor com problema de ordem socioeconômica;

II - identificar situação de conflito e de estresse existentes no processo de prestação de serviços, com a elaboração de indicadores para o desenvolvimento de programas adequados à solução ou à diminuição dos problemas;

III - executar programas de natureza

socioeducativa com vistas à integração do servidor;

IV - desenvolver pesquisas e levantamentos de dados para a identificação de absenteísmo.

§ 10. À Seção de Serviços Especiais de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho compete:

I - promover a saúde e proteger a integridade do servidor no local de serviço;

II - aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de serviço e a todos os seus componentes, inclusive com a utilização de máquinas e equipamentos, de modo a reduzir e até eliminar os riscos existentes;

III - determinar, quando comprovadamente necessária, a utilização de equipamentos de proteção individual;

IV - colaborar, quando solicitado, nos projetos e na implantação de novas instalações físicas e tecnológicas na Assembleia Legislativa;

V - promover campanhas e desenvolver programas permanentes de educação e orientação para a prevenção de acidentes de serviço e de doenças ocupacionais;

VI - elaborar planos de controle de efeitos derivados de catástrofe e de disponibilidade de meios de combate a incêndio e de salvamento e atenção à vítima;

VII - desenvolver programa de audifonia ocupacional, visando à conservação auditiva e vocal;

VIII - manter equipe multiprofissional composta de Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, destinada a prestar atendimento essencialmente preventivo e, quando necessário, emergencial." (NR)

“Art. 15-I. À Secretaria de Tecnologia da Informação, subordinada à Diretoria-Geral, compete:

I - coordenar a integração dos serviços e produtos de Tecnologia da Informação, no âmbito estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

II - coordenar as atividades de planejamento de segurança dos processos e ambientes de tecnologia da informação, elaborando estudos para a definição e avaliação dos

indicadores estratégicos e operacionais da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;
III - coordenar a equipe no tratamento e resposta a incidentes através de procedimentos técnicos para garantia da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações;

IV - coordenar a execução de procedimentos para detectar falhas nos serviços e produtos de tecnologia, promovendo ações para a correção nos procedimentos e metodologias utilizadas pela equipe de tecnologia da informação;

V - participar, juntamente com outras áreas e Diretorias, da avaliação dos projetos de tecnologia da informação para o estabelecimento de prioridades e prazos, junto às áreas interessadas;

VI - identificar e avaliar os riscos que possam provocar uma interrupção significativa nos processos de negócios;

VII - estimar os impactos financeiros, operacionais ou de imagem, decorrentes de uma interrupção significativa nos processos de negócios;

VIII - coordenar, conjuntamente com a Diretoria da Escola do Legislativo, os treinamentos específicos, em tecnologia da informação, e programas de conscientização para desenvolver a cultura da continuidade de negócios;

IX - definir, em conjunto com as demais áreas envolvidas, os cursos técnicos necessários à capacitação dos usuários internos e externos, dos novos produtos e serviços;

X - desenvolver o planejamento estratégico anual de tecnologia da informação.

§ 1º À Secretaria compete providenciar o expediente, a representação social e as audiências do Secretário, bem como executar serviços auxiliares que lhe forem, por este, determinados.

§ 2º À Divisão de Infraestrutura compete:

I - executar e acompanhar as atividades de sustentação dos sistemas corporativos, junto aos clientes internos e externos, como forma de viabilizar a plena utilização dos mesmos, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações;

II - propor políticas, diretrizes, normas e procedimentos de segurança e contingência da informação, em conformidade com os processos de negócio da organização, os requisitos dos clientes, a legislação, a

evolução tecnológica e dentro dos padrões recomendados pelas normas nacionais e internacionais pertinentes;

III - avaliar mudanças de legislação, de tecnologia e dos objetivos e processos de negócios da organização, visando determinar o impacto destas mudanças nos requisitos de infraestrutura e comunicação de dados;

IV - planejar e executar projetos de melhoria em infraestrutura, promovendo a integração entre as medidas de segurança lógica, física e ambiental, nas instalações de processamento e armazenamento de informações críticas;

V - definir e coordenar a aquisição de equipamentos para o relacionamento com órgãos internos e externos, assegurando a segurança da informação;

VI - coordenar e aferir os processos de implantação de normas e procedimentos de segurança da informação, nas áreas pertinentes, promovendo iniciativas para a conscientização e educação de colaboradores e gestores, quanto aos objetivos, métodos e benefícios da segurança da informação;

VII - monitorar e documentar os serviços de rede, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação para maximizar a segurança do usuário;

VIII - analisar, no seu âmbito de atuação, os relatórios de incidentes, avaliando-os e levantando, quando for o caso, os problemas, e prospectando as soluções possíveis;

IX - registrar, em ferramenta própria, as soluções dos incidentes e/ou problemas adotadas no âmbito desta organização;

X - definir as estratégias de continuidade de negócios, elaborando e executando os planos de contingência de acordo com padrões nacionais e internacionais na governança de produtos e serviços de tecnologia da informação.

§ 3º À Seção de Suporte ao Usuário compete:

I - coordenar o atendimento, em primeiro nível, promovendo a integração entre os colaboradores e orientando-os quanto aos padrões e procedimentos a serem adotados;

II - garantir a segurança dos servidores (equipamentos), instalados no seu âmbito de atuação, executando a monitoração ativa dos equipamentos para que estejam dentro

dos padrões especificados;

III - instalar, configurar e atualizar equipamentos de informática, sistemas corporativos e sistemas operacionais homologados, fornecendo suporte técnico adequado ao usuário;

IV - atuar no suporte técnico aos eventos promovidos pela organização;

V - elaborar laudos técnicos de equipamentos de microinformática, promovendo a padronização de rotinas e procedimentos operacionais;

VI - monitorar e prover serviços de infraestrutura de rede e comunicação de dados, executando a monitoração ativa de possíveis falhas nos ativos de rede;

VII - proporcionar os meios necessários para que os serviços sejam executados de maneira correta e dentro dos prazos estipulados;

VIII - promover a capacitação da sua equipe, necessária para o alcance dos objetivos propostos;

IX - divulgar e acompanhar a utilização das soluções tecnológicas desenvolvidas pela organização, junto ao usuário;

X - gerar relatórios gerenciais dos indicadores de atendimento, adotando medidas para melhoria contínua dos procedimentos, assim como elaborar manuais didáticos para a utilização dos serviços e sistemas corporativos.

§ 4º À Seção de Segurança da Informação compete:

I - definir e implementar a política de segurança da informação no acesso aos serviços informatizados;

II - definir e implementar normas para o controle de acesso ao datacenter, promovendo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações no meio digital;

III - auditar os serviços de tecnologia, propondo melhorias quanto a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;

IV - definir e adotar padrões, metodologias e processo de documentação de todos os serviços de tecnologia;

V - coordenar atividades de conscientização de usuários relacionadas a aspectos de segurança da informação;

VI - manter um repositório para publicação de políticas, padrões, modelos de documentos e relatórios referentes à governança de TI;

VII - definir e disponibilizar indicadores para o acompanhamento e aferição da qualidade de todos os serviços de tecnologia da informação;

VIII - elaborar plano de contingência para a garantia da continuidade dos serviços de TI;

IX - desenvolver soluções para o atendimento da política de Segurança da Informação;

X - auxiliar a Divisão de Infraestrutura no gerenciamento dos ativos de tecnologia da informação.

§ 5º À Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informações compete:

I - executar as tarefas relacionadas ao desenvolvimento de software (modelagem de negócios, requisitos, análise, projeto, implementação, teste, implantação, gerenciamento de configuração e mudança, gerenciamento de projeto e ambiente) e melhoria dos sistemas em produção;

II - definir as premissas para o planejamento, análise e desenvolvimento de sistemas, adotando uma metodologia para desenvolvimento de software para a organização;

III - coletar, analisar e fornecer dados das métricas de desempenho e qualidade do processo de desenvolvimento e testes de sistemas;

IV - promover a integração técnica, visando garantir a padronização dos processos e procedimentos no desenvolvimento e testes de sistemas;

V - promover o controle de versões dos sistemas desenvolvidos e adotar padrões e políticas para backup das informações da organização;

VI - codificar os componentes de software, especificados no plano operacional, de acordo com a arquitetura previamente especificada;

VII - promover a manutenção corretiva dos componentes de software, especificados no plano operacional, de acordo com a arquitetura previamente definida;

VIII - garantir a entrega dos componentes dos sistemas, em conformidade com os planos operacionais, atendendo aos níveis de serviço e qualidade especificados;

IX - apoiar a área na difusão do modelo de qualidade dos sistemas (software) adotado pela organização;

X - promover a certificação e auditoria interna do modelo de qualidade software

adotado pela organização.

§ 6º À Seção de Administração de Dados compete:

I - projetar soluções integradas em tecnologias para os ambientes de aplicação e banco de dados, implementando a infraestrutura computacional com nível de maturidade adequado aos processos de negócio, definindo normas que viabilizem a sustentação dos ambientes de forma padronizada;

II - promover reuniões para o estabelecimento de convênios com diversos órgãos públicos, para a extração e compilação de informações técnicas para as comissões técnicas;

III - planejar e elaborar modelos de dados, de acordo com os padrões internacionais, para uma melhor organização das informações;

IV - atuar, de forma a garantir a disponibilidade de informações para as partes interessadas, nos prazos definidos pela organização, assim como acompanhar e atuar de forma a garantir o cumprimento das metas de desempenho, definidas pela organização, quando houver;

V - promover a criação de modelos de dados que atendam às necessidades das comissões técnicas e a integração de diferentes bases de dados, internas e externas, gerando relatórios técnicos para as partes interessadas e seus indicadores de desempenho;

VI - avaliar a adequação e coordenar a implantação das ações de segurança da informação, no seu âmbito de atuação, e analisar incidentes de segurança da informação, definindo e coordenando as ações corretivas correspondentes;

VII - elaborar o planejamento e projetos de infraestrutura de ambientes corporativos, sob os aspectos do armazenamento das informações, buscando a minimização de dependência tecnológica;

VIII - promover a implantação de soluções tecnológicas de banco de dados e produtos, em diversos níveis de disponibilidade, contingência e segurança, incluindo soluções para integração, conectividade, administração e operação;

IX - promover a utilização de padrões operacionais, como procedimentos de backup, restauração de dados, monitoração, restauração da disponibilidade dos serviços e administração de "logs" nos ambientes de teste, desenvolvimento e produção;

X - participar dos processos de implantação de produtos de software, elaborando a documentação necessária para o gerenciamento de configuração e mudanças, assim como analisar testes funcionais, homologações e versionamento dos modelos de dados.

§ 7º À Seção de Programação Web compete:

I - coordenar as atividades de execução de projetos gráficos em mídia eletrônica (sites, sistemas para a internet e intranet), planejando e produzindo mídias digitais (sistemas para a intranet, design de sites, banners eletrônicos e sistemas corporativos);

II - seguir os padrões da identidade corporativa;

III - diagramação de interfaces de sistemas e aplicação de padrões para a acessibilidade definidos pela WCAG;

IV - diagramação e desenvolvimento de sistemas, seguindo os padrões internacionais vigentes pela W3C;

V - adaptação de sistemas para diferentes dispositivos ("tablets", "smartphones" e "desktop") seguindo os padrões de acessibilidade;

VI - criação de interfaces para usuários da intranet;

VII - verificação e homologação de interfaces seguindo padrões de usabilidade;

VIII - aplicação da "Gestalt" e padrões ergonômicos para sistemas;

IX - prototipação de aplicativos, planejamento e elaboração de casos de testes para interfaces de sistemas;

X - adequação visual dos sistemas aos recursos tecnológicos vigentes." (NR)

Art. 2º Extinguem-se:

I - a Diretoria de Recursos Humanos;

II - a Diretoria de Tecnologia da Informação;

III - a Gerência de Planejamento Estratégico e Qualidade;

IV - a Secretaria de Assuntos Institucionais;

V - a Secretaria de Articulação Política;

VI - o Núcleo de Informação e Divulgação da Presidência;

VII - Secretaria de Controle Interno;

VIII - a Seção de Cerimonial;

IX - a Seção de Reprografia.

Art. 3º Ficam criadas:

I - a Secretaria de Recursos Humanos,

subordinada à Diretoria-Geral;

II - a Secretaria de Tecnologia da Informação, subordinada à Diretoria-Geral;

III - a Diretoria de Planejamento Estratégico e Qualidade;

IV - a Diretoria de Assuntos Institucionais;

V - a Diretoria de Articulação Política;

VI - a Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência;

VII - o Controle Interno;

VIII - a Assessoria de Cerimonial, subordinada diretamente à Presidência.

Art. 4º A Seção de Ambientação e Projetos passa a denominar-se Seção de Ambientação, Projetos e Obras, mantidas as mesmas competências.

Art. 5º A Seção de Folha de Pagamento passa a ser subordinada diretamente à Diretoria-Geral.

Art. 6º Ficam extintos os seguintes cargos:

I - Diretor de Recursos Humanos;

II - Diretor de Tecnologia da Informação;

III - Gerente de Planejamento Estratégico e Qualidade;

IV - Chefe do Núcleo de Informação e Divulgação da Presidência;

V - Secretário de Assuntos Institucionais;

VI - Secretário de Articulação Política;

VII - Secretário de Controle Interno;

VIII - Chefe da Seção de Cerimonial;

IX - Coordenador-Geral da Escola do Legislativo.

Art. 7º Ficam criados os seguintes cargos:

I - Diretor de Planejamento Estratégico e Qualidade;

II - Diretor de Assuntos Institucionais;

III - Diretor de Articulação Política;

IV - Diretor de Informação e Divulgação da Presidência;

V - Diretor da Escola do Legislativo;

VI - Secretário de Recursos Humanos;

VII - Secretário de Tecnologia da Informação;

VIII - Chefe do Controle Interno, equiparado a Secretário;

IX - Chefe da Assessoria de Cerimonial, equiparado a Chefe de Seção.

Art. 8º Ficam mantidos os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás com seus respectivos símbolos e competências, sendo

que os quantitativos dos cargos abaixo enumerados são os seguintes:

- I - Técnico Administrativo –DAI–4: 80;
- II - Agente Administrativo –DAI–3: 100;
- III - Auxiliar Administrativo I –DAI–2: 40;
- IV - Auxiliar Administrativo II –DAI–1: 50;
- V - Assessor Especial I –ANI–7: 120;
- VI - Assessor Nível VI –ANI–6: 120;
- VII - Assessor Nível V –ANI–5: 210;
- VIII - Assessor Nível IV –ANI–4: 250;
- IX - Assessor Nível III –ANI–3: 150;
- X - Assessor Nível II –ANI–2: 100;
- XI - Assessor Nível I –ANI–1: 150.

Art. 9º Os Anexos I, V e VIII da Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999, passam a vigorar conforme as alterações constantes do Anexo Único desta Resolução.

Art. 10. A Resolução nº 1.314, de 31 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º À Secretaria de Polícia Legislativa, órgão com subordinação direta à Diretoria-Geral, compete executar as tarefas típicas de policiamento do Poder Legislativo.” (NR)

Art. 11. A Resolução nº 1.073, de 10 de outubro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.....

§ 2º O ocupante de cargo de provimento em comissão poderá ser cedido a gabinete parlamentar, por solicitação do Deputado, vedado o exercício fora da sede da Assembleia Legislativa.” (NR)

“Art.161-A.....

§1º.....

§ 2º A prorrogação de que trata este artigo será automática e concedida imediatamente após a fruição do período regular da licença-maternidade.” (NR)

“Art. 161-C. Às servidoras ocupantes exclusivamente de cargos em comissão aplicam-se as mesmas regras estabelecidas pelo artigo 161-A.” (NR)

Art. 162-B. Revogado.

Art. 12. O art. 4º da Resolução nº 1.277, de

26 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão constantes dos Anexos V-A e V-B, da Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999, alterados por esta Resolução, poderão ser cedidos a gabinete parlamentar, por solicitação do Deputado, vedado o exercício fora da sede da Assembleia Legislativa.” (NR)

Art. 13. Fica acrescido o parágrafo único no artigo 9º da Resolução nº 1.118, de 07 de janeiro de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 9º

Parágrafo único. À gestante é garantida a prorrogação automática por mais sessenta dias da licença-maternidade, e será concedida imediatamente após a fruição do período regular da referida licença.” (NR)

Art. 14. Revogam-se as seguintes disposições:

I - da Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999:

a) os itens 5, 6 e 7, do inciso III, do art. 1º; os subitens 1.3; 1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.3.4; 1.3.5; 2.2.3; 2.2.4; 2.2.5; 2.2.6; 4.2.1; 4.2.2; 4.2.3; 4.2.4; 4.2.5; 5.2; 5.2.1; 5.2.2; 5.3; 5.3.1; 5.3.2; 6.2; e 6.3, do inciso V, do art. 1º.

b) o parágrafo único do art. 10-B; o parágrafo único do art. 11; os arts. 10-C, 10-D e 13-A; o § 6º do art. 14; o § 4º do art. 15; o § 5º do art. 15-A; e os arts. 15-C e 15-D.

II - da Resolução nº 1.073, de 10 de outubro de 2001:

a) o art. 162-B.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015 quanto ao artigo 8º.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 11 de março de 2015.

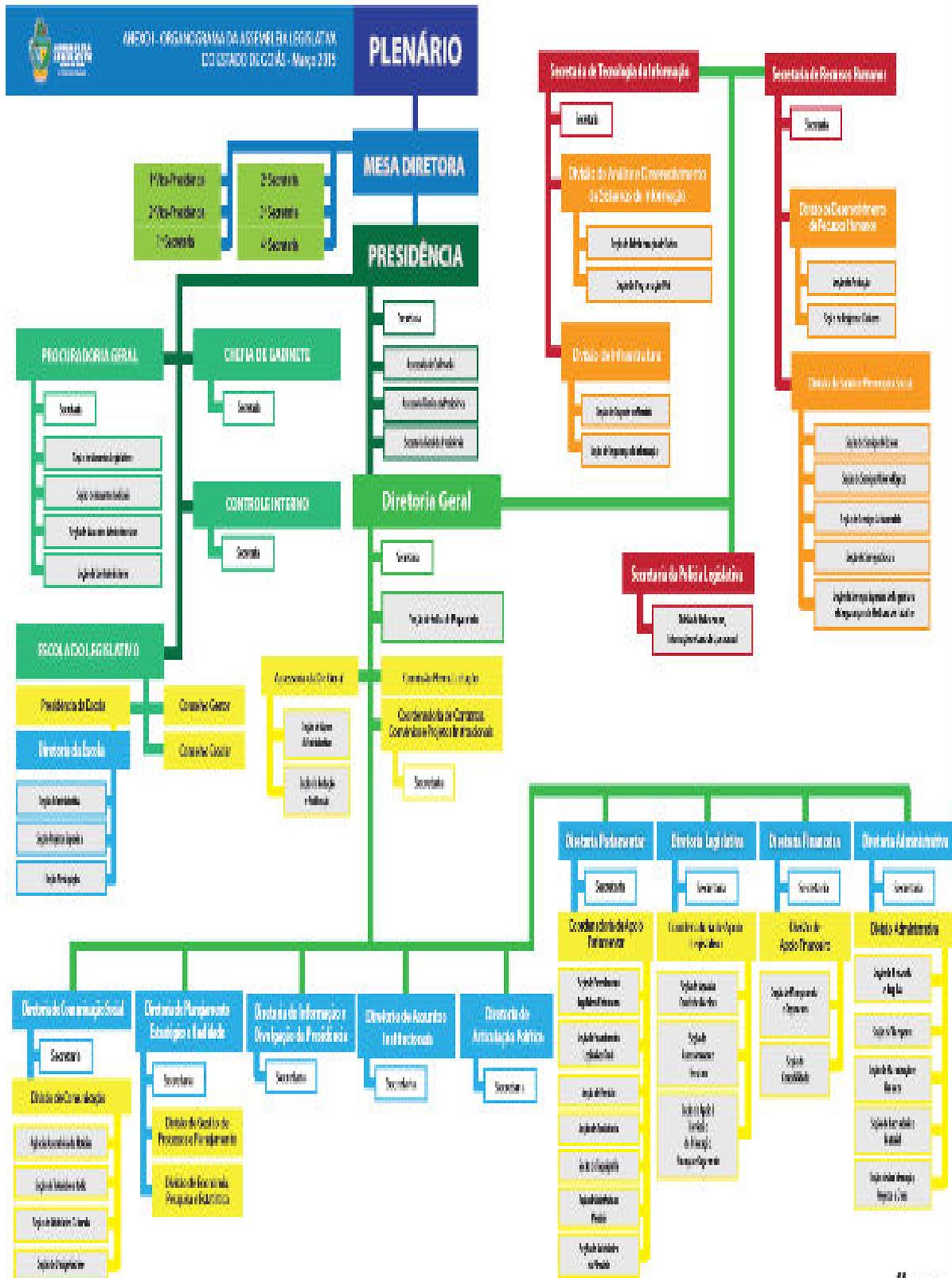
Deputado HELIO DE SOUSA
- PRESIDENTE -

Deputado HENRIQUE ARANTES
- 1º SECRETÁRIO -

Deputado MARCO PALMERSTON
- 2º SECRETÁRIO -

ANEXO ÚNICO

II



“(NR)”

"Anexo V
Cargos de Provimento em Comissão

Grupo Ocupacional	Categoria Funcional	
		Diretor-Geral
Comissionados	Diretor Parlamentar	DAS-3
	Diretor Legislativo	DAS-3
	Diretor Administrativo	DAS-3
	Diretor Financeiro	DAS-3
	Diretor de Comunicação Social	DAS-3
	Diretor de Planejamento Estratégico e Qualidade	DAS-3
	Diretor de Assuntos Institucionais	DAS-3
	Diretor de Articulação Política	DAS-3
	Diretor de Informação e Divulgação da Presidência	DAS-3
	Diretor da Escola do Legislativo	DAS-3
	Secretário de Recursos Humanos	DAS-2
Direção e Assessoramento Superior	Secretário da Tecnologia da Informação	DAS-2
	Secretário de Polícia Legislativa	DAS-2
	Chefe do Controle Interno	DAS-2
	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-1
	Chefe da Secretaria-Geral da Presidência	DAS-1
	Chefe da Assessoria Técnica da Presidência	DAS-1
	Coordenador de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais	DAS-1
	Coordenador de Apoio Legislativo	DAS-1
	Coordenador de Apoio Parlamentar	DAS-1
	Chefe da Assessoria da Diretoria-Geral	DAS-1

**"Anexo VIII
Cargos de Provimento em Comissão
Pré-requisitos**

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIOS	
CARGO	PRÉ-REQUISITO
Diretor de Assuntos Institucionais	Formação de nível superior e inscrição no órgão de classe.
Diretor de Articulação Política	Formação de nível superior e inscrição no órgão de classe.
Diretor de Informação e Divulgação da Presidência	Formação de nível superior e inscrição em órgão de classe.
Diretor de Planejamento Estratégico e Qualidade	Formação de nível superior, preferencialmente em Ciências Contábeis, Economia, Administração, Direito ou áreas afins e inscrição em órgão de classe.
Diretor da Escola do Legislativo	Formação de nível superior e inscrição em órgão de classe.
Secretário de Recursos Humanos	Formação de nível superior e inscrição em órgão de classe e preferencialmente pertencer ao Quadro de Servidores estáveis e efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Secretário de Tecnologia da Informação	Formação de nível superior e inscrição em órgão de classe e preferencialmente pertencer ao Quadro de Servidores estáveis e efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Chefe do Controle Interno	Formação de nível superior em Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito e pertencer, preferencialmente, ao Quadro de Servidores estáveis e efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Chefe da Assessoria de Cerimonial	Formação de nível superior e inscrição no órgão de classe.
Coordenador de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais	Formação de nível superior em Direito, inscrição no órgão de classe e preferencialmente pertencer ao Quadro de Procuradores estáveis e efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, respeitada a situação do atual ocupante.

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 2.631 DE
12 DE MARÇO DE 2015**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, DEPUTADO HELIO DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** substituir o **procurador MURILO TEIXEIRA COSTA**, designado pelo Decreto Administrativo nº 2.593, de 18 de junho de 2014, para compor a comissão destinada a organizar e dirigir os trabalhos necessários à realização do concurso público da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás,, pela **procuradora LILIANA CUNHA PRUDENTE**.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 12 de março de 2015.

Deputado **HELIO DE SOUSA**
PRESIDENTE

RELAÇÃO DOS DEPUTA

ADIB ELIAS
ÁLVARO GUIMARÃES
BRUNO PEIXOTO
CARLOS ANTÔNIO
CHARLES BENTO
CLÁUDIO MEIRELLES
DANIEL MESSAC
DELEGADA ADRIANA ACCORSI
DIEGO SORGATTO
DR. ANTONIO
ELIANE PINHEIRO
ERNESTO ROLLER
FRANCISCO JR.
FRANCISCO OLIVEIRA
GUSTAVO SEBBA
HELIO DE SOUSA
HENRIQUE ARANTES
HUMBERTO AIDAR
ISAURA LEMOS
ISO MOREIRA
JEAN
JOSÉ NELTO
JOSÉ VITTI
JÚLIO DA RETÍFICA
LINCOLN TEJOTA
LISSAUER VIEIRA
LUCAS CALIL
LUIS CESAR BUENO
MAJOR ARAÚJO

MANOEL DE OLIVEIRA
MARLÚCIO PEREIRA
MARQUINHOS PALMERSTON
NÉDIO LEITE
PAULO CEZAR
RENATO DE CASTRO
SANTANA GOMES
SÉRGIO BRAVO
SIMEYZON SILVEIRA
TALLES BARRETO
VIRMONDES CRUVINEL
ZÉ ANTONIO

MESA DIRETORA

Deputado **HELIO DE SOUSA**
- PRESIDENTE -

Deputado **HENRIQUE ARANTES**
- 1º SECRETÁRIO -

Deputado **MARCO PALMERSTON**
- 2º SECRETÁRIO -

Deputado **NÉDIO LEITE**
- 1º VICE-PRESIDENTE -

Deputado **LINCOLN TEJOTA**
- 2º VICE-PRESIDENTE -

Deputado **HUMBERTO AIDAR**
- 3º SECRETÁRIO -

Deputado **PAULO CEZAR**
- 4º SECRETÁRIO -

BIÊNIO 2015/2016

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA - GOIÁS